

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

DIOGO ABELAR BELMONTE

**COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE DO SITE DA
ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE DIREITOS E DEFESA DA FAMÍLIA**

**São Borja
2017**

DIOGO ABELAR BELMONTE

**COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE DO SITE DA
ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE DIREITOS E DEFESA DA FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social – Hab. Relações Públicas.

Orientadora: Elisa Lübeck Terra

**São Borja
2017**

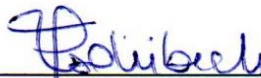
DIOGO ABELAR BELMONTE

COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE DO SITE DA ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE DIREITOS E DEFESA DA FAMÍLIA

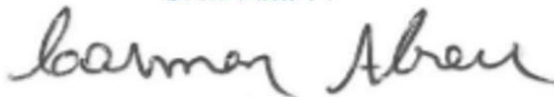
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Comunicação Social – Hab. em Relações Públicas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 08 de dezembro de 2017.

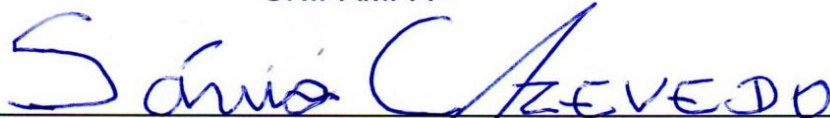
Banca examinadora:



Prof.^a Dr.^a Elisa Lübeck Terra
Orientadora
UNIPAMPA



Prof.^a Dr.^a Carmen Regina Abreu Gonçalves
UNIPAMPA



Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo
UNIPAMPA

Dedico este trabalho aos meus pais,
Luiz Belmonte e Mara Abelar.

AGRADECIMENTOS

Sobre ter gratidão, aprendi que toda energia recebida deve ser retribuída de igual. Minha gratidão mais que especial, aos meus pais, que me acompanharam de perto vendo a minha luta diária durante esses quatro últimos anos, para que eu chegasse até aqui, sempre com palavras de incentivo quando eu caía e precisava me levantar. Gratidão por me compreenderem e me amarem do jeito que eu sou. Mara e Luiz: Gratidão! Gratidão! Gratidão! Sem vocês eu jamais teria conseguido!

Aos meus demais familiares, que me incentivaram a chegar até aqui! Gratidão, Eduardo, Tiago, Alessandra, Tia Egidia e Prima Cleonice!

Minha gratidão imensa, à amada professora Elisa Lübeck, que sempre buscou me compreender da melhor forma, me puxando pelo braço pra me mostrar que chegar até aqui era possível sim.

Deixo o meu agradecimento em forma de oração, ao querido professor Wesley Grijó (*In memoriam*) que foi uma das pessoas que mais me incentivou durante o curso, apontando até o caminho da realização deste trabalho, quando ainda ministrava a disciplina de Comunicação e Política, à dois anos atrás.

Ao querido professor Geder Parzianello, que sempre foi um grande incentivador, com suas aulas espetaculares, nos motivando sempre em mirar no topo mais alto, dizendo sua clássica frase, na qual levo pra vida: “Só os obstinados vencem!” Gratidão imensa professor!

Minha gratidão à todos os demais mestres da Unipampa São Borja, em especial aos do curso de RP, que com seus ensinamentos, me fizeram chegar até aqui. Gratidão! Minha gratidão imensa à todos os amigos e irmãos, que fiz dentro da Unipampa, foi maravilhoso demais conviver com vocês nesses quatro anos de graduação!

As minhas irmãs do coração: Giliane, Clarissa, Daniele, Rafaela e Ana, a minha imensa gratidão, por me incentivarem nestas curvas da vida que fiz, durante o percurso cheio de voltas da graduação. Gratidão! Gratidão! Gratidão!

Gratidão também aos meus queridos: Muriel, Felipe e Joaquin, por serem luz em todos os momentos.

As irmãzinhas Maria e Fiorella pelos momentos doces e inesquecíveis, sempre compartilhando palavras de incentivo, me acompanhando nesse percurso, gratidão!

A(x)s amig(x)s/irmã(x)s, Louise, Karina, Kellen, Jéssica, Rosana, Bárbara, Rafaela, Hallana, Karolina, Dante, Tiago e Larissa que sempre foram pacientes e parceir(x)s, no período de escrita deste trabalho, amo muito vocês, gratidão irmãozine(x)s!

Aos meus demais amigos que me incentivaram e compreenderam minhas ausências, quando precisei estar aqui escrevendo este trabalho. Gratidão imensa pelo carinho e compreensão!

Gratidão também, aos meus irmãos e irmãs de luz da SEAK, que me acompanham e me dão alegria para seguir sempre pelo caminho mais iluminado!

A Fonte que Tudo É, e aos meus irmãozinhos de luz, que me auxiliaram a conseguir realizar este trabalho sempre quando pedia com esperança. Gratidão!

“Sinto Muito. Me perdoe. Te amo. Sou Grato.”

"A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une."
-Milton Santos.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso buscou estudar a correlação entre comunicação, política, opinião pública e instituições de vínculo religioso. Se teve então, a escolha do objeto de pesquisa, o site da Associação denominada como Rede Nacional de direitos e defesa da família (REDE), que se apresenta como uma organização de pais preocupados com a educação dos filhos. Com isso, apresenta-se que a entidade tem como missão informar e esclarecer os pais do Brasil, de que a escola deve ser uma ferramenta para auxiliar na educação de crianças e adolescentes. A pesquisa visou compreender como ocorrem tais mobilizações de ordem social da associação, bem como: buscar compreender como a mesma utiliza da internet como instrumento para despertar novos públicos, realizando por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre a correlação do campo da comunicação e política, religião e a opinião pública, partimos para a utilização do método da análise de conteúdo para investigar o site da entidade. Os resultados obtidos nesta pesquisa apontam para a influência religiosa, na atuação discursiva do movimento “pela família” nos últimos anos no país. Visto, em decorrência do Plano Nacional de Educação (PNE) que gerou mobilização de diversos grupos religiosos contra a implementação de discussões de gênero no ambiente escolar no ano de 2015 nas votações dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, que entidades como a REDE, foram contra a implementação destes planos. Com isso, observamos as formas de atuação e articulação do presente movimento no Brasil, diante a opinião pública.

Palavras-Chave: Comunicação; política; opinião pública; religião.

.

ABSTRACT

The present work of course completion sought to study the correlation between communication, politics, public opinion and institutions of religious bond. If it was then the choice of the research object, the website of the Association called the Rede Nacional de direitos e defesa da família (REDE), which presents itself as an organization of parents concerned with the education of their children. With this, it is presented that the entity's mission is to inform and clarify the parents of Brazil, about which school should be a tool to assist in the education of children and adolescents. The aim of this research was to understand how these mobilizations of social order of the association occur, as well as: to understand how it uses the internet as an instrument to awaken new publics, performing through a bibliographical research on the correlation of the field of communication and politics, religion and public opinion, we set out to use the content analysis method to investigate the entity's website. The results pointed out in this research point to the religious influence in the discursive performance of the "family" movement in recent years in the country. As a result of the Plano Nacional de Educação (PNE), which generated mobilization of various religious groups against the implementation of gender discussions in the school environment in 2015, in the votes of the Municipal and State Education Plans, which entities such as REDE were against the implementation of these plans. With this, we observe the forms of action and articulation of the present movement in Brazil, before the public opinion.

Keywords: Communication; policy; public opinion; religion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro das etapas de desenvolvimento de uma análise.....	38
Figura 2 – Presença da REDE nos Estados Brasileiros.....	41
Figura 3 – Imagem referente à atuação da associação por estado com endereço eletrônico.....	42
Figura 4 - Chamada para o Artigo 1	48
Figura 5 - Chamada para o Artigo 2	54
Figura 6- Chamada para o Artigo 3.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Codificação do Artigo 1: “E o Brasil disse NÃO a <i>Ideologia de Gênero</i>”	48
Tabela 2 - Codificação do Artigo 2: “Comunicado importante sobre o Programa Gênero e Diversidade na Escola”	55
Tabela 3 - Codificação do Artigo 3: “Ideologia de gênero na educação de nossos filhos?”	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBT's - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, e Transgêneros;

PNE - Plano Nacional de Educação;

REDE - Rede Nacional de direitos e defesa da família.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 DIMENSOES ENTRE OPINIÃO PÚBLICA E ESPERA PÚBLICA: Integrabilidade Comunicacionais nas Redes Digitais.....	15
2.1 Compreendendo o comportamento da Opinião Pública e Esfera Pública.....	15
2.2 Opinião Pública e Ideologia.....	18
2.3 O papel da internet na formação Opinião Pública.....	21
2.4 A Opinião Pública em tempos de Pós-verdade.....	25
3. COMUNICAÇÃO, POLITICA E RELIGIÃO: Do Discurso do Altar a Realidade Social.....	28
3.1 O Campo religioso na atuação política e suas atuações discursivas: das mídias à esfera pública.....	28
3.2 Contraposições entre religião, política e gênero: Do discurso contra implementação de discussões de gênero nas escolas, à realidade da população afetada pelo discurso.....	33
4 METODOLOGIA.....	36
5 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO SITE DA REDE NACIONAL DE DIREITOS E DEFESA DA FAMÍLIA.....	39
5.1 Contextualizando a “Rede nacional de direitos e defesa da família”	39
5.2 Análise sobre a localização, formas de atuação e parcerias da associação “REDE” no Brasil.....	40
5.3. Análise de artigos do site da Rede Nacional de direitos e defesa da família.....	46
5.4 Análise de conteúdo do Artigo 1: “E o Brasil disse NÃO a <i>Ideologia de Gênero</i>”	47
5.5 Análise de conteúdo do Artigo 2: “Comunicado importante sobre o Programa Gênero e Diversidade na Escola.”	54
5.6 Análise de conteúdo do Artigo 3: “Ideologia de gênero na educação de nossos filhos?”	66
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de identificarmos como se constituem as estratégias de comunicação política, perante a formação da opinião pública no discurso “em defesa da família”, identificamos o site da associação denominada “*Rede Nacional de direitos e defesa da família*”, ou somente a sigla “*REDE*” como a mesma designa-se, o objeto desta análise. Assim, estendemos nossa investigação para buscar compreender como ocorrem tais mobilizações de ordem social, a partir da utilização internet como instrumento para despertar novos públicos, em concordância aos padrões morais pré-estabelecidos pela presente organização.

Por meio da utilização dos métodos qualitativos de pesquisa bibliográfica e por consequência de observar a associação, utilizamos o método da análise de conteúdo, partimos para a investigação detalhada sobre as colocações contidas no site da associação REDE, para melhor fundamentar a realização desta análise. Desta maneira, pautamo-nos nos objetivos específicos deste trabalho, que caracterizam-se por identificar as formas de atuação do movimento; analisando as formas de produção e de veiculação dos discursos “em defesa da família”; visando compreender as diferentes indagações trazidas pelo movimento, em respeito a realização de suas mobilizações contra o ensino a diversidade e de gênero.

Ao observarmos o crescente número de discursos que valorizam a questão da “*família*” como contra-argumento político, pode-se observar que este tipo de discurso, se amplia cada vez mais na opinião pública. A partir disso, partimos para uma busca investigativa sobre a legitimação desse tipo de discurso. No ano de 2015, quando ocorreu a votação dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, em seguimento ao Plano Nacional de Educação (PNE) no Brasil, quando, este, pretendia trazer discussões sobre gênero aos ambientes escolares, com intuito de possibilitar o entendimento e o respeito à diversidade, como forma de promover a inclusão, pode-se observar um crescente número de instituições religiosas engajadas, contra a inserção dessas discussões nesses planos.

Com isso, partimos para a busca de compreender sobre a formação destes movimentos, que deu-se a partir da utilização da internet, suas principais formas de mobilização, caracterizando a associação REDE, como um destes movimentos que originaram o indeferimento desses planos, devido a contra-argumentação desses grupos, baseados no padrão moral fundamentalista, que pressionaram líderes

políticos a vetá-los. Assim, podemos caracterizar o ineditismo desta pesquisa, devido a falta de investigações sobre esses acontecimentos ocorridos no Brasil, no qual, um grande número de pessoas motivou-se a posicionar-se contra a inserção de discussões de gênero em respeito à diversidade nesses planos, o que promoveu discussões intermináveis, devido ao desentendimento desses grupos sobre o tema.

Este trabalho, subdivide-se em três capítulos para o melhor desenvolver desta análise. No primeiro capítulo, trazemos em linhas gerais a abordagem sobre os processos de formação da opinião pública, a partir dos novos cenários de atuação e formas de mobilização de movimentos. Pelo poder de atuação de mobilizações ocorridas na atualidade, identificamos nesse capítulo, as formas de construções coletivas dos diálogos que surgem nos espaços de mediação e de construção da identidade coletiva, apontando a internet como um canal de mobilização e também de construção de ideias de seus usuários. Com isso, refletimos sobre as possibilidades de uma era denominada pós-verdade, onde fatores relacionados a crença e a emoção, acabam por ganhar maior notoriedade na opinião pública do que fatos realmente reais.

Já no segundo capítulo deste trabalho, apresentamos um diálogo sobre a correlação entre: Comunicação, Política e Religião. No intuito de identificar a correlação entre as formas de atuação de grupos religiosos e a atuação discursiva na política, apontamos as possibilidades de atuação dos discursos fundamentalistas, que implicam na tomada de decisões na esfera política. Compreendendo a utilização das novas mídias pelos movimentos religiosos, utilizado a internet como forma de propagação de seus ideais, fizemos o comparativo das novas formas de caracterização da opinião pública, bem como a atuação de movimentos religiosos na internet. Sobre os discursos e ações políticas de movimentos que surgem a partir de instituições religiosas, supomos que há a atuação direta e indireta na tomada de decisões política, destes grupos quando confrontam aos valores morais de determinada crença. Tomamos como o exemplo que a formação da associação REDE, que supõe em sua base discursiva, valores morais relacionados a crença religiosa, trazendo ao final deste capítulo, a discussão sobre ação política pautada em valores morais, ocasionam reações na sociedade. Sobre isso, discorreremos sobre a violência contra a população LGBT's no Brasil, e o discurso que desvia o debate sobre questões de gênero e sexualidade, sendo este atuante em discordância a grupos de resistência, gerando o silenciamento destes movimentos.

No capítulo seguinte, trazemos a análise de conteúdo do site da associação REDE, que afirma estar presente em 11 (onze) estados do Brasil, atualmente. Segundo apontamentos levantados nesta análise, trazemos a discussão da correlação do movimento com entidade religiosa, devido suas suposições argumentativas e explanadas em base de valores relacionados a crença religiosa. Por vez, trazemos análise de conteúdo de três *corpus* de análise, sendo estes, artigos de divulgação do site da associação, sobre explicações da relação das suas formas de estratégias de atuação.

Por fim, trazemos as considerações finais coletadas no decorrer desta pesquisa, discorrendo sobre os resultados que foram esperados. Na inferência de que a REDE se caracteriza enquanto movimento atuante de defesa e divulgação de direitos sobre a formação familiar, apontamos que as possibilidades das suas narrativas abordam e direcionam-se para um público pré-determinado.

2. Dimensões entre Opinião Pública e Esfera Pública: integralidades comunicacionais nas redes digitais

Com o intuito de compreendermos as novas formas de atuação do pensar coletivo na atualidade, neste capítulo, objetivamos aqui analisar os processos de formação da opinião pública, bem como novas formas de atuação e possibilidades de formação diante a mobilização de pessoas com objetivos em comum.

Na instância onde se encontram o público e o privado, nos aproximamos de discussões sobre a relação dos fatores que compõem um pensar coletivo, cada vez mais determinado em agir diante de seus posicionamentos, sejam eles morais ou não. Na medida em que se formam opiniões coletivas, entendemos que seus processos de formação não dependem exclusivamente de padrões morais pré-estabelecidos, mas também, da chegada da informação até estes indivíduos, por meio de diversos canais comunicacionais, como principal aqui identificado, a internet.

Assim, discorreremos até identificar as possibilidades de uma era, onde fatores relacionados a crença e a emoção, acabam por ganhar maior notoriedade na opinião pública do que fatos realmente reais.

2.1 Compreendendo o comportamento da Opinião Pública e Esfera Pública

Ao analisarmos os impactos que a discursividade em massa ocasiona no meio social e também no meio digital, e como as mesmas tomam proporções gigantescas a partir de pautas que surgem na esfera política, vimos aqui que, as novas formas de articulação e formação da opinião pública veem se reformulando. Entender como a opinião pública age diante a interferência de informações, sendo estas mediadas por via de representação de grupos constitucionalizados, abre-se um leque de possibilidades a respeito de como a mesma se contrapõe a valores, crenças e diversas subjetividades relacionadas às diferentes formas do pensar coletivo.

A mídia por si só, cumpre um papel importante no processo da formação de opinião. Um problema aqui identificado, é que por determinadas formas de controle, os rumos que as fontes nos guiam, às vezes, sem determinada procedência crítica e até mesmo irreais, ocasionam novas formas de pensar guiadas por “incertezas” que acabam por ocasionar “certezas” naquilo que consumimos

diariamente nas infinitas fontes de informação que buscamos e que acabam chegando até nós.

A falta de credibilidade ou as versões baseadas em valores morais e relacionados a crença que são ofertadas através das mídias, contribuem para um pensar coletivo baseado em incertezas, mutável, e por vezes, baseado no empirismo.

A maneira como formamos nossa opinião, diante os diversos meios de acesso à informatização desta nova era digital, propõe que nos tornamos, meros influenciadores de opinião, e conseqüentemente, somos influenciados pelo nosso próprio círculo digital de amigos. Enquanto utilizadores de nossas redes sociais na internet, denominamos os impactos que o expressar do pensar individual e também coletivo, representam novas maneiras de interação social na atualidade. Refletindo sobre como expressarmos nossos ideais publicamente nas redes, percebemos que ressignificamos nossa maneira de nos comunicar. O processo informacional age nesse campo como um jogo de pontuação controverso, considerando este jogo um processo somático, onde a quantidade reprodutiva de informação expressa por um grupo, impacta no pensar do outro, assumindo novas formas de pensar diante a similaridade de ideias e ideais que surgem nessa movimentação. Ou seja, um acúmulo de informações gera e rotaciona um processo dialógico.

A opinião pública, enquanto agente fiscalizador das demandas sociais, também representa uma forte atuação no cenário político. Como podemos observar nas redes sociais, onde os fatos acontecem e se viralizam rapidamente limitando o pensamento comum. Observa-se aqui a relação dos avanços necessários na esfera pública, no qual retarda-se em relação às novas formas do pensar político, impondo fatores da esfera pública que subentendem ao pensar coletivo. Sobre isso, analisamos o papel do indivíduo enquanto ser político, sendo este resultante de um processo da interpretação da realidade e do seu meio, conforme Heloiza Mattos (2009, p.113) destaca,

[...] o modo como percebemos e interpretamos o mundo depende de um tipo de conhecimento compartilhado que é constituído nas conversações rotineiras que nos permitem viver juntos, bem como agir e falar com os outros. Esse reconhecimento proporcionado pela conversação cotidiana é também responsável pela formação da opinião pública. Contudo, ele se diferencia daquele proporcionado pelo debate nas esferas públicas voltadas para a produção das decisões. Assim, as conversações têm um papel importante não só na formação de esferas públicas de debate coletivo, mas

também na estruturação da opinião pública, entendida como resultado do conhecimento produzido pela troca de razões em torno de um questão pública.

Compreendendo os processos de construção coletiva, onde o interesse pessoal e o interesse público colidem num espaço determinado, percebemos o surgimento de discussões em um novo campo, no qual Habermas (1961) define como esfera pública.

Para Habermas (2003, p. 92) a esfera pública classifica-se como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, sendo que nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se encorpar em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. Afim de elucidar esta definição, Armand e Michèle Mattelart (1999), ao apontarem o pensamento de Habermas (1961) sobre a utilização do termo “esfera pública”, apresentam—a esfera pública como um

[...] espaço público caracterizado como um espaço de mediação entre Estado e sociedade, que permite a discussão pública em um reconhecimento comum de força da razão e a riqueza de troca de argumentos entre indivíduos, confrontos de ideias e de opiniões esclarecidas (MATTELART, A. e MATTELART, M., 1999, p. 82)

Ao entender este espaço de mediação que seria a esfera pública, imaginamos que o cenário projetado, ocasiona o pensar de discussões públicas. Refletir sobre as mudanças e impactos sociais ocorridos a partir dessas discussões públicas ocorridas nesse espaço, é compreender que nosso papel, enquanto agentes de transformação social, também implica, não apenas no nosso espaço, mas também no espaço do outro.

Visto que a pluralidade de agentes compõem o cenário da esfera política, Bruxel (2017, p. 408) apresenta-nos que “a existência de uma variedade de organizações e instituições é fator essencial para fazer prosperar a deliberação pública no interior da sociedade.”

Em decorrência disso, o autor afirma que essa característica é decorrente do pensamento de Peters (1997) como o segundo elemento estrutural da esfera pública (BRUXEL, 2017, p. 408).

Bruxel conclui que, o que coincide com tal característica é que:

partidos políticos, movimentos sociais, Igrejas, órgãos públicos e privados, associações e, em especial, os meios de comunicação de massa se incluem entre esses atores considerados fundamentais para que haja a circulação de ideias, o debate público e, por fim ocorra o processo de formação de opinião pública.(BRUXEL 2017, p. 408)

Com o entendimento que temos ao acompanhar nossas opiniões, apontamos aqui como acontece o processo de formação da opinião diante dos padrões comportamentais obtidos socialmente. Na medida em que conseguimos nos aproximar de um entendimento mais preciso de como e quando adquirimos novas formas de pensar, rompendo padrões antigos, conseguimos entender que, mediante nosso processo evolutivo, cognitivo e também mediante a novas informações que obtemos, conseguimos desenvolver nosso pensamento nosso progresso do nosso meio social.

Contudo, nem todos os processos evolutivos ocorrem de maneira tão rápida e espontânea, para uns mais rápido, para outros mais lento, e para outros talvez nunca ocorra. Para que ocorra o amadurecimento para o processo de mudança e para a aceitação de novos padrões comportamentais, são necessárias novas discussões para o seguimento de outros rumos a serem seguidos.

O comum e o incomum se chocam nesses processos e acarretam uma série de fatores a serem considerados, mas, mais precisamente, o que implica nesse processo de mudança é o despreendimento dos preconceitos e ideias que não comportam mais as novas formas de agir socialmente.

2.2. Opinião pública e ideologia

Considerando que a caracterização do interesse público, exige muito do interesse próprio do indivíduo em reconhecer seu papel social e, que as consequências do pensar coletivo fazem-no considerar que, para acontecer um avanço na esfera política, é necessária uma imagem de concordância, investigamos o papel da ideologia na formação da opinião pública. Assim, um discurso político ideológico, acaba por exercer um papel de imposição, advindas de um padrão cultural ou moral pré-estabelecido. Pode-se entender então, que o interpretante do discurso, pode acabar por assimilar um discurso ideológico com mais familiaridade, quando comparados aos seus padrões culturais ou morais. Porém, sua finalidade discursiva é obscura, vista apenas à um interesse único. Diante disso, Lippmann (2010, p.156) vem a afirmar que,

as ideologias dos políticos obedecem tais regras. O ponto de apoio do realismo está sempre lá. A imagem de algum mal real, como a ameaça alemã ou o conflito de classe, é reconhecível no argumento. Há uma descrição de algum aspecto do mundo no qual é convincente porque concorda com as ideias familiares. Mas à medida que as ideologias tratam o futuro invisível, assim como o presente tangível, elas logo cruzam imperceptíveis a fronteira da verificação. Ao descrever o presente você é mais ou menos amarrado à experiência comum.

E, ainda que o surgimento de novas ideias ocasionem sentimentos de estranhamento ou negação, o que assemelha o pensar ideológico pode transparecer como a oferta de padrões a serem seguidos. Esse tipo de “oferta ideológica”, pode se tornar tendenciosa ao serem despertadas pelo assemelhamento de ideais e pensamentos em comum de indivíduos, quando correlacionadas com a mesma.

Considerando que a dificuldade de compreender o olhar do outro, o choque de padrões limita o diálogo entre os indivíduos entre a opinião pública, ocasionando, muitas vezes, o diálogo desrespeitoso contra a posição oposta. A disseminação de discursos de intolerância ou ódio contra população LGBT's (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros) por exemplo, pode ser considerado como um dos fatores de apatia visto individualmente e coletivamente, principalmente no meio digital.

Habermas (2003, p. 112) ao traçar o perfil dos limites da opinião pública dentro da esfera pública burguesa, compara a ideia e ideologia a partir do pensamento do filósofo John Locke (1632-1704) no qual, contrapõe seu pensamento a partir da categoria criada e descrita por ele como “*Law of Opinion*”(Lei de Opinião) que bem seria uma categoria de nível equivalente, na qual seria compreendida, por julgar virtudes e vícios.

Por sua vez, a então Lei de Opinião descrita por Locke, atuaria de forma julgadora, quando associada ao pensamento completo do filósofo como “*Law of Opinion and Reputation*” (Lei de opinião e reputação). Nesta discussão em que, na medida que a opinião avança e coloca-se contra a opinião dos outros, a mera opinião é examinada pela inconfiabilidade do mero palpite, no qual a imposição da opinião também pode ser vista da aparência externa, acarretando inclusive como enganadora (HABERMAS, 2003, p. 112).

Tendo em vista as medidas de comportamento social, no qual entende-se estes como mores pré-estabelecidos, entendemos que, as medidas comportamentais assumem um papel de imposição diante a formação da opinião pública. Conforme os padrões comportamentais são associados individualmente, os valores emocionais trazem em primeira instância a assimilação de seus valores e costumes.

Observando que tais padrões comportamentais geram impacto de não aceitação, o que ocorre é o choque de opiniões, que, nesta pesquisa, é visto como o fundamentalismo diante de novos padrões, que não são obrigatórios, mas que geram impactos na vida de muitas pessoas, gerando desconforto e não aceitação por parte de grupos que detém determinado pensamento. Um exemplo prático é a não aceitação do tratamento das questões de gênero nas escolas, criticada pelo grupo “REDE”. O grupo recrimina a utilização do ensino de gênero nos bancos escolares, justamente por considerar que o ensino fere determinado padrão comportamental e religioso. -

Por consequência de imposições comportamentais tidas socialmente, Habermas (2003, p. 112) explica-nos que em confronto com a geração espontânea dos usos e costumes coletivos, contém o momento de consciência, no qual, ele caracteriza este momento de consciência como “opinião”, partindo para a convicção privatizada, apontando então para a moral laicizada.

Com isso Habermas conclui que,

igualmente não sem razão falta agora a palavra “*public*” opinião. *Law of Opinion* não é, de modo algum, entendido como lei da opinião pública; pois essa “*opinion*” não surge de uma discussão pública - pelo contrário, ela ganha a sua obrigatoriedade “por um consenso secreto e tácito” - nem ela fundamentada no “consenso de homens privados que não tem autoridade suficiente para fazer uma lei”. Por fim, *opinion* não está, como *public opinion*, presa a pressupostos da formação educacional (e da propriedade); engajar-se nela não exige algo como participar de uma argumentação pública, mas simplesmente expressar aqueles “hábitos” que, depois, contrapõem-se diretamente, de modo crítico `opinião pública como preconceitos. (HABERMAS, 2003, p. 113)

O que vem a desfamiliarizar um entendimento de um determinado padrão comportamental tido socialmente, ocasiona suposta desorientação de um público acostumado com um padrão pré-estabelecido. Visto isto, mediante novas formas de pensar padrões comportamentais, Habermas (2003, p. 119) define que “a causa

primeira da alienação vai por conta do progresso civilizatório”, o que, em suma, é ocasionado pela revisão de padrões comportamentais ou morais na sociedade.

Trazendo o conceito de pânico moral advindo do pensamento do sociólogo Stanley Cohen (1972), que nos diz que “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas que ameaçam os valores morais da sociedade e seus interesses”, veremos igualmente no capítulo de análise, sobre a discussão sobre a utilização de diversas terminologias distintas para definir a questão de “gênero”, que é discutida pela associação REDE como afrontosa aos “valores morais da família”.

Seguindo o pensamento de Habermas (1961), compreende-se que acompanhar mudanças requer o desprendimento de velhos padrões para que ocorra o entendimento de novas formas de agir ou pensar. O problema é que os processos não ocorrem de forma igualitária e, muitas vezes, os indivíduos não conseguem desprender-se de antigos padrões comportamentais ou morais.

2.3. O papel da internet na formação Opinião Pública

Sem dúvida, os avanços que a esfera digital ocasionou modificaram as formas dos indivíduos se comunicarem. É notável que a mobilização na esfera digital vem se ampliando e, cada vez mais grupos com propósitos em comum têm se unido, seja para reivindicar por causas sociais, seja para debater mudanças necessárias para o melhor convívio em sociedade, ou, até mesmo, para fortalecer objetivos em comum.

Conforme a opinião pública se caracteriza na internet, unindo movimentos às suas comunidades virtuais, os interesses em comum entre usuários destas redes se resultam em likes, compartilhamentos, postagens que viralizam em minutos. Ao notarmos a unificação dos espaços virtuais com espaços de construção coletiva, vemos a opinião pública se unifica na esfera virtual. Com isso, vimos que fatores correspondentes na maioria dos fenômenos identificados, tem se potencializado principalmente nas redes sociais.

O que vem a potencializar o crescimento de grupos organizados nas redes sociais, é a similaridade de suas particularidades, crenças ou objetivos, fazendo com que se unam em decorrência de uma causa. Com isso, tais grupos impactam fortemente nos rumos da sociedade, principalmente, no campo político. O que faz com que a facilidade da manifestação da opinião individual nas mídias sociais se amplie para uma esfera maior, caracterizando-a como a opinião pública, pode ser

vista em conjunto com pessoas de seu círculo social nestas mídias sociais. O que intenciona o pensar coletivo está correlacionado ao pensamento que assemelha de um para outro, ou seja, as ideias e ideais em comum formam o pensar coletivo e, na internet, esses processos se tornam cada vez mais rápidos.

Ao analisar o comportamento da opinião pública do grupo ao qual se destina essa pesquisa, podemos perceber que a finalidade do movimento se amplifica na divulgação e compartilhamento de seus links, conforme apontaremos no capítulo de análise. Compreender a associalização do pensamento ideológico nas redes sociais, conforme as formas de atuação de movimentos organizados, requer uma análise detalhada a partir dos objetivos que os mesmos trabalham. A partir disso, se projeta captar, onde estes movimentos desejam chegar, diante a utilização da internet enquanto ferramenta de ampliação de seus ideais. Conforme destaca Raquel Recuero (2011, p.88), em sua obra “Redes sociais na internet”:

[...] os sistemas sociais e as redes, assim, estão em constante mudança. Essa mudança não é necessariamente negativa, mas implica o aparecimento de novos padrões estruturais. A mediação pelo computador, por exemplo, gerou formas de estabelecimento de relações sociais. As pessoas adaptaram-se aos novos tempos, utilizando a rede para formar novos padrões de interação e criando novas formas de sociabilidade e novas organizações sociais. Como essas formas de adaptação e auto-organização são baseadas em interação e comunicação, é preciso que exista circularidade nessas informações, para que os processos sociais coletivos possam manter a estrutura social e as interações possam continuar acontecendo. Como a comunicação mediada por computador proporciona que essas interações sejam transportadas a um novo espaço, que é o ciberespaço, novas estruturas sociais e grupos que não poderiam interagir livremente tendem a surgir.

Diante de tais circunstâncias, onde os novos padrões de interações sociais com a utilização das redes sociais geram novas formas de pensar e agir coletivos, Recuero (2011, p. 89) afirma que “as redes sociais precisam ter capacidade de *adaptação*, pois têm um *equilíbrio dinâmico*, constantemente redirecionado entre o caos e ordem”. A partir desse pensamento, podemos compreender que a estrutura na qual a interatividade ocorre no meio digital, é resultante de transformações ocasionadas a partir de diferentes interações e manifestações que surgem nas redes sociais, sejam elas derivadas de manifestações ideológicas ou de caracterização comportamental. As diversas formas de interatividade nas redes, geram impactos de distintas proporções. Ao pressupormos que ocorram diversas mudanças comportamentais dos usuários das redes, vimos o surgimento de novos movimentos

na esfera digital. Conseqüentemente, novas formas de pensar, agir e se comunicar, vem a surgir com o surgimento de novas tribos no espaço digital.

Visto que a relação da internet com os movimentos sociais é de acordância, considerando suas formas de utilização e organização, é visto que a internet é um instrumento para a formação de movimentos sociais e políticos. No entanto, é necessário compreender como ocorrem tais mobilizações de ordem social a partir da internet e suas especificidades em relação a utilização deste instrumento.

Segundo Manuel Castells (2003, p. 277) existem três características fundamentais na interação entre internet e os movimentos sociais: 1) Visto pelo modo que somos espectadores diante dos movimentos; 2) A capacidade comunicativa dos movimentos sociais; e por último 3) A influência da internet nos movimentos sociais.

Certifica-se que uma delas é o modo como assistimos na sociedade, fora da internet, a uma crise das organizações tradicionais estruturadas, consolidadas, tipo partidos, associações de orientação diretamente política. Como referência, o autor aponta que tais atores sociais devem atuar de maneira concreta, como por exemplo: movimentos de mobilização seja ela por causas ambientais ou de defesa de direitos, como exemplo citado os direitos e defesa da mulher. Fica claro que na sociedade ocorre um aumento dos movimentos sociais organizados em coalizões que se constituem em torno de valores e projetos.

Sem dúvida, compreender que a internet faz parte desse processo de fusão e amplificação desses movimentos em escala é muito importante. Ainda, a internet também auxilia na promoção desses movimentos. Para Castells (2003, p. 277), “a internet é a estrutura organizativa e o instrumento de comunicação que permite a flexibilidade e a temporalidade da mobilização, mantendo porém, ao mesmo tempo, um caráter de coordenação e uma capacidade de enfoque dessa mobilização.”

Outra característica importante que Castells (2003, p. 277) nos aponta, é que os movimentos sociais reivindicativos em nossa sociedade aprimoram-se cada vez mais em torno de códigos culturais, de valores. Comprova-se então que, por mais que haja movimentos reivindicativos tradicionais, a atuação de movimentos mais importantes, são de movimentos de valores. Constata-se portanto, que a capacidade de comunicação e a utilização de técnicas provocativas fazem com que a transmissão momentânea de ideias, na amplitude de alcance que a internet têm, permite a associação em torno de valores.

A partir disso, apontamos que todo o processo de comunicação em torno da promoção de uma causa, muitas vezes requer um certo cuidado, pois a maneira que a abordagem simultânea dessas ideias chega à um grande público, requer diversas formas apelativas para sua promoção.

No caso no qual se encontra a pesquisa e como veremos mais adiante, a utilização da boa oratória e de uma escrita atrativa é essencial para a popularização do movimento, até mesmo por a mesma definir-se por se encontrar em 10 estados do país, já revela como a mesma atua de forma extensiva, caracterizando um grande grupo como seguidor de um determinado valor.

Um exemplo bem elucidativo que Castells (2003, p. 278) nos aponta é que:

Na internet todos sabem que se trata de um cão, porque se você quer organizar os cachorros na internet e se apresenta como gato, vai organizar os gatos. E, portanto a bandeira de organização, comunicação e afirmação de um certo valor tem que ser estabelecida em termos do que se quer ser, pois os movimentos sociais que se constituem o fazem em torno daquilo que se dizem ser, não se constituem o fazem em torno daquilo que dizem ser, não se constituem de forma manipulada, atraindo pessoas para o que não são. A manipulação pode até acontecer, mas em geral, manipulações não costumam prosperar.

A última característica definida por Castells (2003) sobre a influência da internet nos movimentos sociais é que, constantemente, o poder funciona em redes globais, ocasionando a construção de valores a partir das vivências dos indivíduos. Com isso, o autor aponta que existe um problema na relação de construção de valores, na qual pode-se ocorrer um aprendizado apenas pela forma do local que o indivíduo permite-se reconhecer. Assim, individualizando o pensar de um indivíduo, apenas conforme a internet dispõe de um determinado conteúdo que o usuário possa visualizar.

Pode-se concluir então, que o processo na qual a opinião pública se reconhece enquanto movimento a partir da internet, vai muito de como o indivíduo se porta diante da mesma. Sendo que o fator determinante para adesão de um movimento, depende da utilização de um filtro de um usuário, diante de tudo aquilo que lhe é imposto, a utilização da informação adquirida no meio digital, suporta aquilo que um indivíduo se identifica, e conseqüentemente se posiciona, seja em concordância, discordância ou indiferença.

2.4 A Opinião Pública em tempos de *Pós-verdade*

Consolidados em um terreno incerto e assumindo os riscos de um conceito até então hipotético em demasia, nos transportamos para uma era onde o real está descaracterizado daquilo que acreditávamos ser o que era. Embarcamos na era da “pós-verdade”. O observar do que vem depois da verdade, pode se considerar até então uma mentira, ao entender daquilo que é subjetivo aos fatos, mas incompreensível aquilo que se acredita. Explicando melhor, na inferência de compreender o conceito denominado “pós-verdade”, conforme apontado pelo dicionário da Universidade Oxford, que tivera elegido como palavra do ano em 2016 o termo *post-trust* (pós-verdade) , que se assemelha com o entender desta pesquisa, prevê-se uma análise sobre a assimilação da crença acima de um fator objetivo/real.

A pós-verdade não é sinônimo de mentira, mas “descreve uma situação na qual, durante a criação e a formação da opinião pública, os fatos objetivos têm menos influência do que os apelos às emoções e às crenças pessoais”. A pós-verdade consiste na relativização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do discurso emocional. Tampouco é um fenômeno novo. (ZARZALEJOS, p. 11, 2017)

Em consonância daquilo que é relativo ao fator considerado com maior relevância na formação da opinião pública, Zarzalejos (2017, p. 11) nos afirma que um fator impulsionado por um estímulo pode ser a resultante de consequências extremamente graves, visto que

A confusão sobre a realidade, a gestão de manobra conspiratórias para incitar o receio ou a hostilidade de grupos sociais, a vitimização ou as mitomanias políticas são instrumentos de persuasão das massas que remontam à antiguidade, mas que no século XX causaram os piores desastres, sendo, dois deles, autênticas falhas na história da humanidade: o nazismo e o estalinismo. (ZARZALEJOS, 2017, p. 11)

Zarzalejos (2017, p. 12) afirma ainda que, “a pós-verdade consiste na relativização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do discurso emotivo”, supondo que isto, reafirme com concretude àquilo que nos desperta a acreditar que a emoção impulsiona nossos estímulos.

Conceituando a consideração de que a crença assume enquanto característica do que se vê, o potencial crítico do indivíduo acaba por se comover com as representações do seu campo emocional. Oposto daquilo que é real, a verdade pode não fazer sentido algum ao indivíduo que assume um fato como absoluto ao seu entender. A indigência das massas em crer naquilo que é real ao

outro, não está ao alcance daquilo que se prevê ser em suas nuances argumentativas, pois o fator de risco em assumir uma única verdade como absoluta, requer entendimento/esforço para se interpretar uma mensagem. Victoria Prego (2017, p.20) ao falar-nos sobre as chamadas “bolhas informativas”, nos diz que

A multiplicação de falsas notícias é um fato que ameaça muito seriamente a saúde dos sistemas democráticos do modo como os conhecemos até hoje e diante da qual, honestos profissionais da informação sentem-se impotentes e, na realidade, são. Porque a incontestável verdade é que os meios de comunicação tradicionais perderam crédito para a maior parte da população, que substituiu a confiança antes depositada nestes meios por uma fé, quase infinita, na informação que chega por meio das redes sociais. (PREGO, p.20, 2017)

Por decorrência daquilo que o indivíduo assume como verdade e a reproduz, cabe-nos então refletir sobre o real papel comunicacional no entender da objetividade de uma afirmação lançada, sendo que esta assume na esfera pública um papel central de superintendência das mensagens reproduzidas no meio digital. Observado o viés assumido de que o indivíduo na esfera digital assume outros papéis de representação, Prego (2017, p. 20) nos diz ainda que “os cidadãos passam a fazer parte, assim, de grupos compactos e impermeáveis. Isto, por si só, é grave, na medida em que produz uma atomização de infinitas bolhas auto-referenciais, monolíticas e nas quais não há lugar para pontos de vista divergentes.”

Mas sobretudo, nos resta não apenas a crítica em relação aos novos modos de representação informacional na esfera digital, notado em concordâncias ao pensamento de Medrán (2017, p. 33) de que nem tudo é culpa da internet,

A Internet não é nada mais do que um canal. Uma ferramenta. O lugar em que algo ocorre. É sobre o uso daqueles que querem criar uma realidade alternativa que devemos colocar no centro da discussão. O que devemos analisar é porque permitimos que aqueles que querem construir a sua realidade à base de mentiras podem fazê-lo. O que devemos discernir é como podemos usar todas as ferramentas à nossa disposição para que a verdade impere e como podemos viver em democracias fortes. E quanto a isso, a comunicação tem muito a dizer. (MEDRÁN, p. 33, 2017)

Refletindo sobre o papel da opinião pública, neste período em que nossas representações são dirigidas por agentes de informação motivados por repercussão nas mídias digitais, cabe-nos refletir mais sobre o papel da comunicação nesse novo estágio de revolução digital. Ao entender da pós-verdade, as reflexões em relação ao conceito devem romper com aquilo que cremos, supondo que este estágio

comunicacional definido por base conceitual devem nos contrapor a entender os novos sentidos que a comunicação assume com as plataformas digitais.

3. Comunicação, Política e Religião: do discurso no altar a realidade social

Com a finalidade de identificar a correlação entre as formas de atuação de grupos religiosos, e atuação discursiva na política, abordaremos neste capítulo, as possibilidades de atuação dos discursos fundamentalistas, que implicam na tomada de decisões na esfera política.

Ao entender que, a utilização de novas mídias auxiliam movimentos religiosos na propagação de seus ideais, identificamos a internet como forma de mobilização de grupos religiosos nos processos de formação da opinião pública. Caracterizando os discursos e ações políticas de movimentos que surgem a partir de instituições religiosas, contrapomos que, valores que a crença religiosa traz, atuam direta e indiretamente na tomada de decisões política, quando confrontam aos valores morais de determinada crença religiosa.

Ao tomarmos como o exemplo que a formação da associação REDE, supõe em sua base valores morais relacionados a crença, trazemos um comparativo ao final deste capítulo, sobre como a ação política pautada em valores morais, implica arduamente na sociedade. Sobre isso, discorreremos sobre a violência contra a população LGBT's no Brasil, e o discurso que desvia o debate sobre questões de gênero e sexualidade.

3.1. O campo religioso na atuação política e suas atuações discursivas: das mídias à esfera pública

A comunicação política é definida como a atividade de determinadas pessoas e instituições (políticos, comunicadores, jornalistas e cidadãos), na qual se produz um intercâmbio de informações, ideias e atitudes em torno de assuntos públicos (CANEL, 2006 *apud* LIMEIRA e MAIA, 2010, p.43). Visto a necessidade de se aprofundar neste campo, com o objetivo de sistematizar o que está por trás das trocas de mensagens, compreendemos que é necessário analisar os processos comunicacionais. Conforme a atuação de tais atores nesse campo, a visibilidade que os mesmos geram nesse jogo de tabuleiro, remete a impactos que atingem nosso cotidiano enquanto cidadãos.

Compreendendo o campo da comunicação e política, ao analisar o que se integra os cenários propostos desta pesquisa, onde o campo religioso interfere fortemente em questões políticas, percebe-se como a comunicação atua desde suas bases da opinião pública até as decisões políticas dentro da esfera pública. Em

virtude de compreender o emaranhado desses processos, é necessário interpretar cada um dos recortes das realidades que compõem um cenário político, para que então, se análise, de forma mais cautelosa, a questão discursiva. Os diferentes discursos que surgem no âmbito da opinião pública e que chegam até a esfera pública, remetem a diversas composições de falas, vindas de um emaranhado de atores políticos, que são deflagradas a partir de diversas discussões que a vivência democrática nos permite.

Pode-se observar que os discursos políticos da atualidade, nos quais são apontados pela influência religiosa, apresentam fatores preocupantes em relação a autocondenação das diferenças, principalmente, no que diz respeito a questão de se ter respeito e consideração para com os semelhantes. Comparado a presença do discurso religioso em discussões que afrontam grupos de minorias, deve-se analisar de forma analítica, seja no espaço midiático que o campo religioso utiliza como na atuação do mesmo na esfera pública.

Martino (2016, p. 101) ao apresentar as questões que a religião atua na esfera pública, aponta questões de sua visibilidade midiática, pois, a midiaticização das instituições religiosas, parece ter permitido, em escala primária, a retomada de sua participação nos negócios públicos. Pode-se entender então, a partir dessa afirmação, que a aproximação do campo religioso junto aos processos midiáticos é uma forma de se auto-afirmar diante os espaços públicos e também privados.

Diante dessas condições, Martino (2016, p.102) nos diz que,

A presença religiosa na esfera pública, pensada em termos de sua visibilidade midiática, não acontece apenas no âmbito das instituições religiosas, mas também, nas práticas cotidianas dos fiéis - o que, de alguma maneira, colabora para que a religião esteja presente nos espaços públicos.

Observando a atuação discursiva do campo religioso nos espaços públicos, bem como a mesma se apresenta a partir da análise que fora desenvolvida neste trabalho, é evidente que esta se objetiva pela imposição argumentativa de valores morais advindos do seguimento de tal doutrina religiosa. A partir da identificação da manifestação da ação política e do discurso político, tais imposições tomam formas homogêneas, apontando-nos formas comportamentais semelhantes. Sobre isso, Patrick Charaudeau (2011) nos afirma que:

[...]o discurso político não se esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, orienta, e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso. (CHARAUDEAU, 2011, p. 39)

Considerando as afirmações, de que a ação e o discurso político não se diferem, e que não existe política sem discurso, entendemos que o que está atrelado a um argumento de defesa, é resultante de uma ação política. Também é perceptível que surjam outras maneiras de inserção discursiva na sociedade, como exemplo, os discursos políticos baseados em valores morais, pautados na crença religiosa que surgem na internet, promovido por grupos religiosos que utilizam a ferramenta para a propagação de seus ideais.

Sobre a divagação do campo religioso entre espaço público e sua atuação nas esferas sociais, Martino (2016, p. 102) nos diz que “a visibilidade da religião, no espaço público, vem mostrando consequências além do próprio campo da mídia ou da religião, construindo novas formas de integração com o cotidiano dos indivíduos, das comunidades e da política.”

A partir disso, é visível que, na comunicação política, a internet se configura como uma ferramenta de propagação de ideias, servindo como oferta de novas possibilidades políticas. Holanda (2017, p. 363) ao fazer afirmações sobre a relação da comunicação política com a formação da opinião pública, nos diz que:

A internet faz a comunicação política ser contínua entre a sociedade e os atores políticos. Através dela, os cidadãos poderão participar mais do debate político, porque os meios de comunicação tradicionais selecionam as informações, dando às vezes, contribuições insuficientes para a construção da opinião pública e para fomentar o debate político. Complementando essa ideia, o ambiente digital é visto como um instrumento que fortalece o processo democrático, possibilitando a livre troca de ideias.

Ainda que imaturo o pensamento sobre o ponto que remete determinado posicionamento, cabe-nos, então, considerar onde se manifesta a discursividade em torno de um ponto específico, pois, se há público, há de haver um palco no qual os atores interpretam um roteiro, digno ou não de aplausos. Visto como um grande

teatro o cenário político, pode ser considerado um palco em que os atores acabam por ditar regras, ainda que iluminados por holofotes e projetados por cenários móveis, fuge-se de realidades que a “ficção”, não passa de uma escancarada “vida real” no qual, ao analisar com maior precisão o roteiro da “grande peça”, supõe que o espetáculo vem a caracterizar novas possibilidades para com que os públicos venham a ser também parte do cenário, além de meros espectadores. Com relação à sociedade do espetáculo, Debord (1997, p.16) afirma que:

[...]para descrever o espetáculo, a sua formação, as suas funções e as forças que tendem para sua dissolução, é preciso distinguir seus elementos artificialmente inseparáveis, ao analisar o espetáculo, fala-se em certa medida a própria linguagem do espetacular, no sentido de que se pisa no terreno metodológico desta sociedade que se exprime no espetáculo. Mas o espetáculo não significa outra coisa senão o sentido da prática total da formação econômico social, o seu emprego do tempo. É o momento histórico que nos contém. (DEBORD, 1997, p. 16)

O discurso político quando espetacularizado, presume que suas representações necessitam seguir uma determinada tendência, ou algo que esteja em voga no campo social ou político, para que então, a espetacularização ocorra em conformidade ao que o público esteja mais familiarizado no momento atual. Rubim (2004) ao fazer

[...]uma reflexão que deseje enfrentar verdadeiramente o problema da espetacularização da política, em uma contemporaneidade estruturada em rede e ambientada pela mídia, não pode deixar de reconhecer o recurso à emoção, à sensibilidade, à encenação, aos ritos e rituais, aos sentimentos, aos formatos sociais, aos espetáculos. Em suma, recorrer a tudo aquilo que, em conjunto com o debate e a argumentação racional, conforma a política. Por conseguinte, não podem ser considerados como atributos advindos tão somente da contemporânea espetacularização da política. (RUBIM, 2004, p. 191)

Ao encontro do pensamento de Rubim (2004) esta pesquisa vem à reconhecer os recursos utilizados no discurso da associação *Rede Nacional de direitos e defesa da família*, que contribuem para a propagação do espetáculo e estimulam a crença como fator de ligação ao discurso político fundamentalista.

Observando que, na esfera na qual está contida o discurso, se pode obter um prognóstico daquilo que se assemelha ao real, assim, podemos entender que as metáforas utilizadas servem-nos para guiar o entendimento de que o caminho para a

análise de conteúdo desta pesquisa, pressupõe que há também fatores não ditos. Ainda que,

qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autoriza. Mas é igualmente verdade que um enunciado aparentemente político pode, segundo a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não é política, a ponto mesmo de neutralizar seu sentido. Não é, portanto o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é situação que o politiza. (CHARAUDEAU, 2011, p. 39)

As possibilidades de que a discursividade do conteúdo enunciativo traz, aponta-nos na identificação dos propósitos que o mesmo carrega consigo. Na tentativa de compreender o que há nas entrelinhas das narrativas que ditam preposições contra-argumentativas, identificamos a influência do locutor quando exercida mediante um discurso politizado, sendo que o peso da contribuição de um discurso quando se assemelha ao pensar empírico de um indivíduo, acaba por tornar-se favorável, no que diz respeito ao entendimento de um indivíduo sobre tal discurso, facilitando então o seu entendimento sobre determinado assunto. Elucidando esse reflexo, Bruxel (2017, p. 409) ao referir-se sobre o pensamento de “estratificação de participantes” de Peters (1997) nos diz que, apesar de que na esfera pública se assume um caráter democrático de participação, ainda acontecem disparidades, ocorrendo personalizações entre os atores. A partir desta justificativa, se assume nesse meio a forma de: proeminência, autoridade e influência.

A proeminência está correlacionada a posição de destaque que o ator consegue atingir, determinando formas de visibilidade negativa ou positiva na esfera pública. A autoridade refere-se às distintas formas de competência ou credibilidade que um ator traz em suas declarações. Isso está relacionado com a forma que o ator transmite credibilidade diante as estratégias utilizadas para a passagem de posição. Sobre esse princípio, Bruxel (2017, p. 410) explica-nos que:

[...] essa autoridade pode ter sido construída pela própria pessoa ou pode ser derivada indiretamente da instituição da qual a pessoa faça parte. Um pesquisador, por exemplo, falando de um tema mais técnico, pode, ao participar do debate público, ganhar a confiança das pessoas pelo fato de ser vinculado a um instituto de pesquisa de prestígio. Seguidores de Igrejas podem confiar no que líderes religiosos dizem e defendem, mesmo que não compreendam bem, racionalmente, as nuances das argumentações usadas para sustentar determinado posicionamento.

Podemos perceber que esse princípio de autoridade, bem como o exemplo apresentado por Bruxel, assemelha-se muito com o público seguidor da Rede Nacional de direitos e defesa da família, no qual uma liderança é capaz de fazer com que seguidores assumam um posicionamento através da credibilidade depositada na associação que age persuasivamente diante seu público alvo.

O último fator citado por Bruxel (2017, p. 411), corresponde a influência, no qual o mesmo diz que este fator

[..] está, de alguma forma, ligada às dimensões de proeminência e autoridade. Trata-se, na verdade, do peso que as declarações e ideias de alguém têm para a aceitação ou mudança de convicção dos demais. Assim, alguém que tem maior autoridade e proeminência estará em considerável vantagem para exercer maior influência na discussão de temas na esfera pública.

A correlação do fator influência, junto ao grupo que se destina essa pesquisa (a REDE), pode ser entendida pela forma de como a força do movimento age diante da integração dos fatores correspondentes aos atores que se posicionam a favor do movimento “REDE”.

3.2. Contraposições entre religião, política e gênero: Do discurso contra implementação de discussões de gênero nas escolas, à realidade da população afetada pelo discurso.

A partir do desenvolver desta pesquisa, analisamos o porque das discussões de questões de gênero, serem tão recriminadas por determinados grupos religiosos organizados, pautamos que as hipóteses mais relevantes dessa discussão, devem ser consideradas, comparadas, analisadas e julgadas criteriosamente de acordo e com respeito aos Direitos Humanos.

Nestas condições, não se pode apenas pautar-se pelo conhecimento empírico ou moral, mas também é de se analisar que a realidade na qual a opinião pública em divergentes proporções se subdivide e se ataca de forma agressiva nessa batalha do “pode e não pode ser discutido” dentro do ambiente escolar. Veremos mais adiante, que o discurso moral que contra-argumenta uma posição de repúdio, está mais associado a valores mais ligados ao campo emocional do que o

que a realidade aponta. A luta pela igualdade de direitos iguais entre os gêneros, por exemplo, é uma realidade ser vivenciada, discutida e ampliada cotidianamente.

Em 2017, foi publicado pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), o relatório “Gênero e Diversidade na Escola: Avaliação de processos, resultados, impactos e projeções”, trazendo os resultados do estudo de avaliação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), que é uma política do governo brasileiro para a promoção de uma educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica. Ao abordar-se neste relatório, sobre a implementação de políticas públicas de educação para formação docente sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, destaca-se que

[...]trabalhar com temas sensíveis como gênero, sexualidade e relações étnico-raciais significa lidar com valores amplamente naturalizados na sociedade, e que envolve questões de moralidade, religiosidade entre outros. Tomar contato com esses conteúdos não se resume à aquisição de conhecimento teórico sobre determinados temas, mas deve contribuir para a revisão de crenças e valores sobre as diferenças que geram desigualdades sociais, bem como das instâncias de poder que as mantêm e reproduzem. Nesse sentido, o espaço escolar é ao mesmo tempo, o espaço da cristalização e resistência de determinados valores e o espaço para a sua transformação. (CARRARA, et al., 2017, p. 23)

Ao compararmos sobre as discussões referente a implementação de discussões de gênero nas escolas, percebemos igualmente, no objeto de análise desta pesquisa, a Rede Nacional de direitos e defesa da família, atua em virtude de princípios morais religiosos. Sobre isso, supomos que ocorra, o desentendimento de seus seguidores, sobre o real significado de implementação sobre discussões de gênero nas escolas, devido à crença religiosa não desprender-se diante a representação de uma discussão que contradiz valores morais de um indivíduo, e de seu grupo.

Refletindo sobre os discursos de intolerância e ódio contra a população LGBT's, que se disseminam na sociedade, que por vez, são consequentes de contraposições de valores morais e também do pensamento fundamentalista, preocupamo-nos diante dos alarmantes números de casos de violência homofóbica no Brasil.

Segundo dados gerais do terceiro e último relatório de violência homofóbica, referente ao ano de 2013, que foi desenvolvido e publicado em 2016, pela Secretaria

Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, os números do quadro de violência homofóbica no país são cada vez mais graves, visto em relação aos dois primeiros relatórios que foram elaborados . Segundo este relatório (2016, p. 77), aponta-se que a população LGBT mais vitimizada por casos de violência continua sendo o de jovens (54,9%), pretos e pardos (39,9%), do sexo biológico masculino (73%), gays (24,5%) e travestis/transsexuais (17,8%), reafirmando aspectos tendenciosos desde a elaboração do primeiro relatório.

O relatório ainda afirma que:

[...]a violência contra a população LGBT no Brasil é uma realidade, o que exige que não só os governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais aprimorem as políticas públicas eficazes e articuladas para o enfrentamento dessa violência, como também articulem um esforço com toda a sociedade brasileira contra esse grave quadro de violência no Brasil. (2016, p.77)

Ao refletirmos sobre estes dados de violência homofóbica no Brasil, e sobre as necessidades de implementação de políticas públicas para a população LGBT, compreendemos o quanto se faz necessário que discussões sobre questões de gênero se insiram nos ambientes escolares, para que partindo da educação, se promova o respeito à diversidade, conduzindo o amparo de políticas públicas de educação deste segmento, para que então a escola obtenha ferramentas pedagógicas e teóricas para compreender e contemplar a diversidade.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho ao tratar os seguintes métodos de pesquisa de análise de conteúdo, juntamente com a pesquisa bibliográfica, objetiva fazer uma investigação sobre o tema em debate. Para Stumpf (2010, p. 51),

a pesquisa bibliográfica, num sentido amplo, é o planejamento global de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura quem se examinam de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, crescendo de suas próprias ideias e opiniões.

Segundo Gil (2007, p.44) citado por Silveira e Córdova (2009, p.37) os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que propõem a análise das diversas posições acerca de um problema.

No que diz respeito o perfil da pesquisa de análise de conteúdo, de acordo com Fonseca Júnior (2010, p. 286), no contexto dos métodos de pesquisa em comunicação de massa, a mesma ocupa-se basicamente com a análise de mensagens. Segundo Lozano (1994, p.141-142; apud FONSECA JÚNIOR, 2010, p. 286),

a análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo conteúdo analisável. É também confiável - ou objetiva - porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar às mesmas conclusões.

Bardin (2016, p. 125) ao apresentar-nos a melhor forma de organizar uma análise, nos apresenta três polos cronológicos, que são eles:

1. a pré-análise;
2. a exploração do material;
3. o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Sendo que a primeira etapa, compete basicamente à organização propriamente dita. Assim, nesse estágio de pré-análise normalmente se segue três missões, que são: *a escolha dos documentos* que serão submetidos a análise, a

formulação das *hipóteses* e dos *objetivos* e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final.

Como essa fase é determinada uma das mais importantes no processo de desenvolvimento de uma análise, segue-se uma série de fatores a serem considerados, no qual Bardin aponta-os a partir de suas representações que competem a uma série de considerações nas quais, estas são apresentadas sinteticamente no quadro de desenvolvimento de uma análise, apresentado logo a seguir.

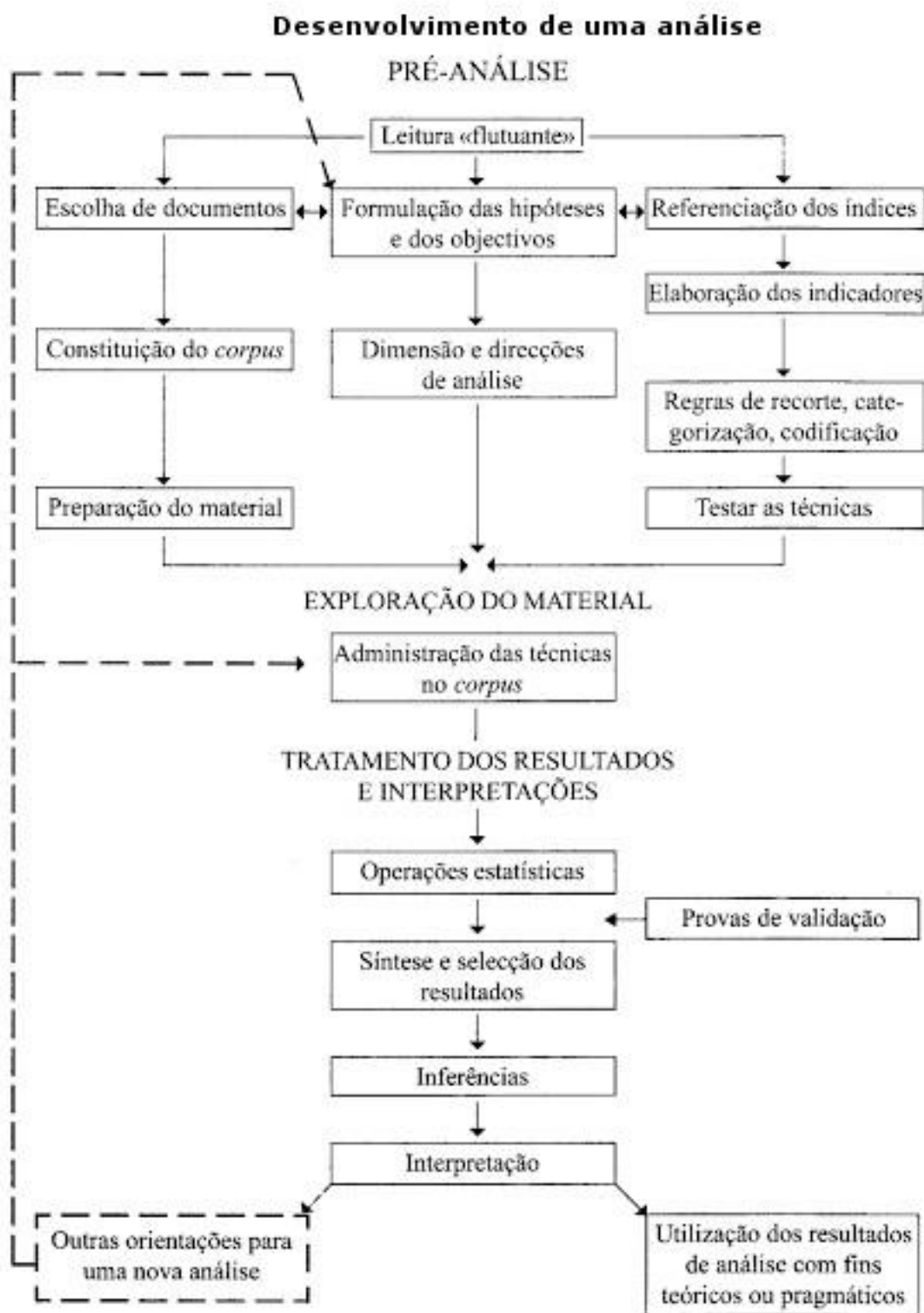
O segundo polo do desenvolvimento da análise compete a “exploração do material”, no qual, esta é descrita por Bardin (2016, p. 131) “como a fase de compete justamente pela tomada de codificação dos elementos apontados a partir da pré-análise”. Com isso, cabe a justificar como realizar esta codificação, tida por Bardin como a denominação seja da: palavra; o tema; o objeto referente; o personagem/ o acontecimento e/ou o documento.

Já sobre o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, tido como o último polo de formatação da análise, Bardin afirma-nos que

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (“falantes”) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. [...] O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos - ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. (BARDIN, 2016, p. 131)

A partir dessas considerações, pode-se desenvolver o desempenho de técnicas para melhor apresentar resultados. Abaixo, apresenta-se o quadro de Bardin (2016, p. 132) utilizado para o melhor desenvolvimento e execução desta análise:

Figura 1 - Quadro das etapas de desenvolvimento de uma análise.



Fonte: Bardin (2016, p. 132)

5. ANÁLISE DE CONTEÚDO DO SITE DA REDE NACIONAL DE DIREITOS E DEFESA DA FAMÍLIA.

5.1 Contextualizando a “Rede nacional de direitos e defesa da família”

O objeto deste estudo, denominado pelo site da “Rede nacional de direitos e defesa da família”, ou somente “REDE” como a mesma se descreve, define-se como um “grupo de pais preocupados com a educação dos filhos”. A missão que é descrita pela associação conforme descrito no site, que é base desta análise, apresenta-se com “caráter de informar e esclarecer os pais sobre a educação escolar dos filhos.”

A “REDE” descreve seus objetivos em conformidade dos seguintes pontos:

- Auxiliar os pais a fortalecer suas famílias, através da defesa de seus direitos;
- Promover e defender o direito à Educação;
- O desenvolvimento de estudos, formações, seminários e congressos sobre a defesa da família, bem como para a formação dos pais quanto à educação de seus filhos;
- Auxiliar e representar os pais na defesa de seus direitos e de seus filhos, inclusive na esfera judicial;
- Atuar na formação complementar dos professores.

Podemos constatar que essa associação, surge especificamente, no final do primeiro semestre do ano de 2015, sendo decorrente de manifestações ocorridas, contra e a favor à implementação de discussões referente às questões relacionadas à identidade de gênero e também sobre sexualidade, contidas nos Planos Municipais e Estaduais de Educação, elaborados em conformidade ao Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 2014, pela então presidenta Dilma Rousseff. Após o PNE ter sido sancionado, houve bastante negação de grupos conservadores contra a sua implementação nestas diretrizes curriculares.

Sobre a discussão gerada em relação a estes planos, era de que se inserisse também discussões sobre igualdade entre os gêneros, objetivando tratar sobre o respeito às diversidades, abordando também estes temas no âmbito do ensino escolar.

Nesse período, foram levados para a esfera pública, em boa parte das cidades do Brasil, a discussão sobre a votação dos Planos Municipais e Estaduais

de Educação. Nisso, gerou-se uma divisão entre pessoas a favor e contra estes Planos, em virtude da inserção nos Estados e nos Municípios do país, o que ocasionou diversas intervenções na opinião pública, contra e a favor destes planos que foram votados no decorrer do ano de 2015 para exclusão do tema gênero dos mesmos.

Os grupos de ordem religiosa (incluindo a REDE), foram os que mais pressionaram os parlamentares para a exclusão deste item do plano. Ressalvam um ponto a ser destacado, pela preocupação com o ensino e debate sobre questões de gênero, nas escolas e a denominação deste tema por grupos conservadores. Estes grupos denominam a questão que é o ensino de gênero, como *“ideologia de gênero”*, no qual por pressão exercida contra o PNE, em vários municípios e estados do Brasil, foi excluído o termo gênero dos referidos Planos Municipais e Estaduais de Educação, devido pressão desses grupos conservadores em todo o país, contra o ensino sobre gênero.

5.2. Análise sobre a localização, formas de atuação e parcerias da associação “REDE” no Brasil

Conforme apresentado no item informativo sobre onde encontra-se a Rede Nacional de Direitos e Defesa da família, a mesma afirma estar presente em 11 (onze) estados do Brasil, sendo que a mesma afirma atuar em parceria de outras oito instituições apoiadoras, que compactuam em conformidade de seus interesses em comum à associação. Por via, o movimento explícita compactuar juntamente com núcleos religiosos, em virtude do material divulgado no canal da mesma.

A figura demonstrada a seguir, está localizada no lado direito, da região central da página inicial do site da associação (HOME), apresenta um botão que leva à outra janela de caráter informativo, levando o visitante do site a informar-se sobre os estados onde a REDE encontra-se presente, e posteriormente sugere como entrar em contato com a associação representante de cada estado que atua.

Figura 2 - Presença da REDE nos Estados Brasileiros



Fonte: Link da página inicial do site da associação REDE.¹

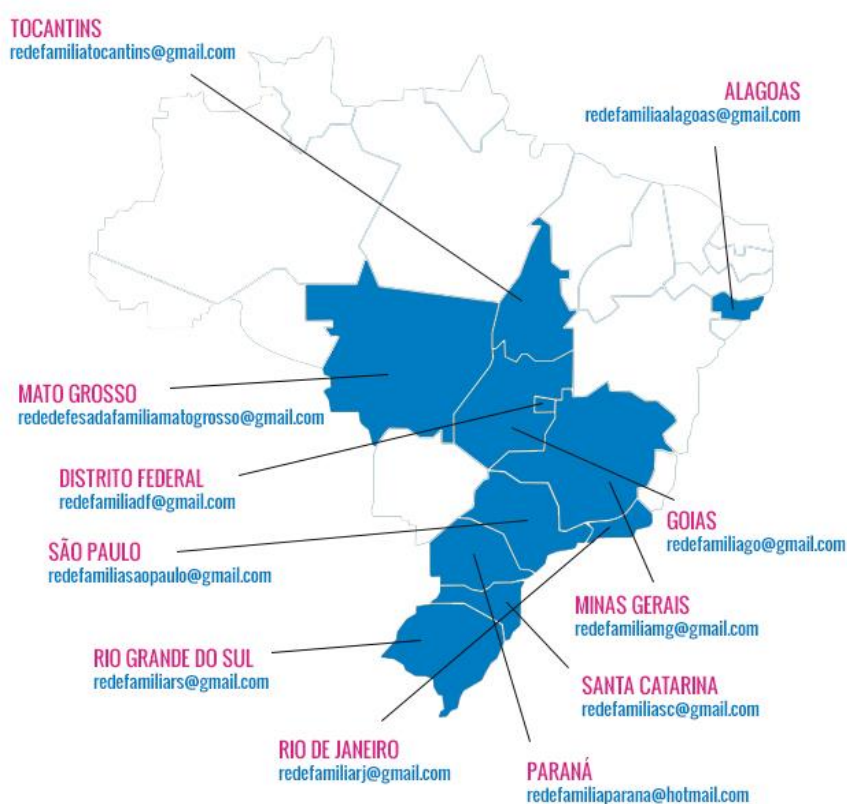
O link no qual se é levado a partir do click na imagem apresentada acima, apresenta os estados de atuação da associação nominados conforme suas respectivas localizações por estado. Que conforme apresenta-se na próxima figura a ser apresentada, estas são apenas divulgadas informando o estado em que há representação da associação, e também o seu contato de e-mail de suas respectivas sede estaduais, vista pelos onze estados que a REDE afirma atuar. Que são eles: Tocantins, Alagoas, Mato Grosso, Distrito Federal, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Contudo, a “REDE” ao afirmar constituir-se sob a forma de associação, sendo mesma uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, a mesma denomina-se como atuante na defesa dos direitos da família. A associação, afirma querer atuar por tempo indeterminado, o que supostamente dá descrédito ao movimento. Sua sede, afirma estar presente na cidade de São Paulo, porém não identifica-se no site da associação, a presença de uma sede física, contendo somente endereço eletrônico de e-mail para contato.

¹ Disponível em: <<http://www.rededefesadafamilia.com.br>> Acesso em: 15/11/2017.

Um fator curioso a ser apontado sobre isso, é que também não é informando o endereço físico das demais sedes representantes da associação no país, contendo somente endereço eletrônico de e-mail. Sendo que a mesma define-se, supostamente, a partir da atuação em esfera “nacional”, bem como o nome definido pela a associação, que é descrita como “*Rede Nacional de Direitos e Defesa da Família*”. Sendo que organização, encontra-se apenas em algumas regiões do Brasil, mais especificamente em 11 (onze) estados do Brasil.

Figura 3- Imagem referente à atuação da associação por estado com endereço eletrônico.



Fonte: Site da associação REDE.²

Logo após a figura acima, apresentam-se dois links ao final do texto. Sendo que um se discorre sobre como garantir direitos perante o posicionamento de atuação da associação, e o outro apresenta possibilidade de como realizar uma “denúncia”, seja na escola ou com a associação.

Em afirmação ao link de “parceiros”, apresenta-se nomes de sete instituições, que a associação afirma atuar em conjunto. As instituições parceiras da associação são nominadas como: 1) Observatório Interamericano de Biopolítica, 2)

² Disponível em: <<http://www.rededefesadafamilia.com.br/onde-estamos/>> Acesso em: 15/11/2017.

Guatemala por la familia (não fora encontrado dados desta instituição mencionada), 3) Colegio de Profesionistas Posgraduados en Bioética de México A. C. (não fora encontrado dados desta instituição mencionada); 4) Fundación Familia y Futuro; 5) Red pro yucatán; 6) Adaltiora (não fora encontrado dados desta instituição mencionada); 7) Genero F (não fora encontrado dados desta instituição mencionada).

Das sete instituições mencionadas como parceiras pelo site REDE, constatou-se o endereço eletrônico de apenas três instituições, com endereço virtual. Sobre essas três organizações citadas, percebe-se os objetivos semelhantes de atuação da REDE, sempre trazendo o valor da família como base argumentativa.

Das quatro demais, só mesmo a logomarca descrita no site com os nomes das organizações.

Apresenta-se no rodapé do site, o nome da organização *Web Design Católico*, que é a empresa que desenvolve o site. No site da empresa, a mesma afirma ter como objetivo de “oferecer serviços de qualidade e profissionalismo na criação de projetos digitais e gráficos para atender a necessidade de comunicação do segmento católico e fortalecer a evangelização da Igreja no ambiente digital com a criação de projetos eficientes para que os apostolados católicos evangelizem de forma eficaz e se destaquem de forma efetiva na internet.” Sobre isso, entendemos que a representação da associação REDE mantém firmemente vínculo religioso, especificado pela igreja católica, conforme aponta a empresa que desenvolve o site da mesma.

Já na página referente aos itens para a promoção de direitos, sugere formas de como o visitante do site pode atuar diante representações do posicionamento da associação, que conforme as informações sobre as possibilidades de agir contra a discussões de gênero no ambiente escolar.

Inicialmente, se é apresentando que este público indaga como se ocorreria “**abusos ocorridos nas dependências da escola**”. O que se apresenta-se neste tópico, é o contra-argumento da possibilidade de educadores agirem de forma inconsequente, entendidos pela exposição de argumentos que levam ao debate de gênero para o ambiente escolar. Ainda que, aparentemente, ilógico este fator de posicionamento, o mesmo se caracteriza pelo amedrontamento da possibilidade de como a Escola pode interferir na educação sexual de crianças e adolescentes, supondo-nos que podem-se provocar danos na formação de educandos com a

realização desses debates. Supondo a possibilidade desse argumento de que a Escola poderia prejudicar na decisão de qual orientação sexual um indivíduo pode tomar, é nítida a inversão de valores que a associação faz ao definir que isso pode (mas não necessariamente deve) ser possível. A categorização desse item pode ser percorrida para a fundamentação de fatores meramente apelativos a fatores emocionais implícitos, que se caracterizam pelo discurso emotivo, pelo fato de seus argumentos serem meramente de apavoramento com possibilidades paradoxais.

O segundo e o terceiro item descrito neste tópico, podem ser simplificados referente a “**busca de direitos**” que o visitante do site poderia se propor. Esta contingência de atuação, pode ser vista como fatores correspondentes aos valores morais e de crença, atribuído pelo movimento, ao pensamento que a doutrina religiosa impõe ao determinado público, o que por eles é definida pela constituição da educação familiar como regente desse processo de educacional de valores. O que acontece é que estas ideias expostas se combinam com o argumento do tópico anterior, dissolvido pela imposição argumentativa do moralismo e de posicionamento perante a imposição de incertezas, dando a entender que a defesa do posicionamento contra o debate é redundância.

Por conseguinte, se discorre no terceiro item sobre “**como proceder**” diante a implementação de debates relacionados a questões de gênero no âmbito escolar, no qual neste ponto, se é apontado quatro passos para que se possa atuar diante a fomentação de debates de gênero nas escolas. Estas foram analisadas como:

- 1) Identificar a possibilidade de violação de direito;
- 2) Sugestão de contatar pessoalmente o diretor da Escola ou coordenador pedagógico sobre a situação indicada como violação de direito, caso ocorrida;
- 3) Recomendação de realizar um encaminhamento, por escrito, uma notificação ao Diretor da Escola ou Coordenador Pedagógico, a fim de se expor a situação que poderia estar violando o direito da criança ou adolescente e também dos pais;
- 4) por último, se não houvesse solução extrajudicial perante a exigência do indivíduo, a sugestão que é dada é que se leve o caso junto ao Poder Judiciário.

Discorreremos aqui a análise sobre o item 4 (quatro) onde exprime-se sugestões para a tomada de providência contra a possibilidade da promoção do debate de gênero nas escolas, O que pode-se considerar é que o cenário proposto

faz proposições históricas diante tais possibilidades da execução deste debate. Nisso, a formulação de tais sugestões temem pela implementação discursiva, induzindo que o indivíduo possa posicionar-se judicialmente perante tal circunstância de trabalho, de forma a acusar a escola e/ou seus membros atuantes por desenvolver este tipo de debate ou ação.

Outra possibilidade de forma de denúncia, também sugerida no item 4 (quatro), é que diante essa questão levantada ser considerada como violação de direito de um grande público vigente, supõe-se então que a situação deverá ser proposta uma representação junto ao Ministério Público.

Sobre essas tais sugestões apresentadas pela REDE, como forma de denunciar práticas discursivas sobre questões de gênero nas escolas, é que o cenário em que se colocam os atores da oposição, nos quais estes vem a defender o posicionamento pela promoção dessas discussões, seja pela luta de igualdade entre os gêneros, ou até mesmo pela busca por representatividade, é que cada vez mais, se limita o pensar sobre as diversidades. Com isso, as limitações tidas em inconformidade destas formas de pensar, que são consideradas por novos padrões sociais, é que os grupos religiosos como a REDE, travam a luta de quem necessita de ter direitos garantidos e respeitados, em virtude da discriminação tida contra os grupos da oposição.

Percebeu-se que no item informativo de “**como proceder**” remete igualmente, com as mesmas palavras, ao link da *página de denúncia* do site. O que há de adicional neste setor do site, é apenas forma de contatar a associação para realizar a denúncia com a mesma, contendo campo para preenchimento com nome da pessoa que desejar realizar a denúncia; campo para preenchimento do endereço de e-mail do denunciante; campo para descrever o título da denúncia; e por último, a mensagem correspondente a denúncia.

Outros fatores considerados no decorrer deste corpus de análise, é que apresentam-se artigos referente a “**embasamento jurídico**” para a promoção de direitos da associação. Com isso percebe-se que os artigos selecionados referenciados pela Constituição Federal, estão relacionados basicamente por fatores relacionados a direitos em conformidade da crença, direito à educação, os direitos da família perante o amparo do estado. Contudo, apresentação deste tópico, apenas reafirmam formas de argumentação sobre o que se constituem maneiras representativas perante o sistema jurídico.

Vimos em decorrência da aba de “vídeos” do site, uma palestra intitulada como *“Ideologia de gênero: Origem e significado de uma nova antropologia”*. A palestra tem o tempo de duração de 01:39:32 (uma hora, trinta e nove minutos e trinta e dois segundos) sendo esta, ministrada padre José Eduardo de Oliveira e Silva, na paróquia de San Giuseppe Lavoratore di Senigallia, no dia 09 de janeiro de 2016, como aponta na descrição do vídeo. Aponta-se também que o padre, é doutor em teologia pela Pontifícia Universidade Romana da Santa Cruz e professor de Teologia Moral. Sobre esse conteúdo, identificamos a previsão de que a associação viria a abordar sobre conceitos relacionados a crença religiosa.

O panorama geral desta análise, compete que a forma como a associação posiciona-se, é basicamente em apresentar proposições para a realização de denúncia contra a implementação de discussões de gênero na escola, dando ênfase a questões relacionadas a proposições morais e de crença religiosa, amparado suas argumentações por suposições jurídicas previstas na Constituição Federal.

5.3. Análise de artigos do site da Rede Nacional de direitos e defesa da família

Nesta etapa da análise, selecionamos na aba de artigos do site da associação da Rede Nacional de direitos e defesa da família, três textos para a realização da análise de conteúdo.

O critério de seleção desses artigos, deu-se a partir dos seguintes fatores:

1. A relevância de informações contidas no texto, nas quais remetem a atuação e os objetivos específicos da associação;
2. Acontecimentos que marcaram a realização do movimento;
3. Quantidade de visualizações obtidas nos artigos.

Partindo desses pressupostos, onde os critérios de seleção para análise do material coletado originaram hipóteses sobre a abordagem dos temas contidas nos artigos, partimos para a investigação dos temas abordados avaliando e discutindo cada texto conforme a metodologia de análise de conteúdo. Esta discorre sobre os artigos selecionados contando a partir de três pontos chaves conforme a utilização metodológica de análise de conteúdo conforme apresentada no quadro de Bardin no capítulo anterior, organizados da seguinte maneira:

1. A *pré-análise* do texto, feita a partir de uma leitura crítica sobre o tema;

2. A *exploração do material*, feita por meio da codificação das informações contidas no texto, realizada nesta análise por meio da utilização de uma tabela.

Por esse meio de codificar dados do texto, apresenta-se a técnica de quatro etapas vista pelo método de inferência de Bardin (2016, p. 45) onde é possível realizar: A) a *categorização do tema* em questão, levantada a partir dos elementos mais relevantes no texto deduzidos de maneira lógica; B) a criação de *subcategorias do tema* desse elementos, conduzindo-os da forma que se subentendem de maneira mais ou menos complexos; C) a *interpretação* feita a partir de indicações características dos dois primeiros pontos levantados; e no último item a D) *descrição*, que remete ao apontamento de trechos do texto analisado ;

3. E por fim a etapa de *tratamento dos resultados e interpretações* da codificação do texto, sistematicamente organizada em conformidade da forma como fora organizada a etapa anterior.

Ao realizar a definição das etapas de análise, se dá início a realização das análises dos seguintes artigos selecionados no site da associação REDE. Definimos então como corpus de análise, três artigos, sendo estes intitulados como:

- **Artigo 1:** “E o Brasil disse NÃO a *Ideologia de Gênero*”;
- **Artigo 2:** “Comunicado importante sobre o Programa Gênero e Diversidade na Escola”
- **Artigo 3:** “Ideologia de gênero na educação de nossos filhos?”

Partimos então, para as análises dos *corpus* selecionados.

5.4 Análise de conteúdo do Artigo 1: “E o Brasil disse NÃO a *Ideologia de Gênero*”

O presente artigo, divulgado no dia 20 de janeiro de 2016, aborda em linhas gerais sobre a votação dos Planos Municipais e Estaduais de Educação com Base no PNE, que objetivou a formação de movimentos contra estes planos, considerando a própria associação como um destes. Até o dia 10 de novembro de 2017, o artigo obtinha 1,119 Views.

Figura 4 - Chamada para o Artigo 1

E o Brasil disse NÃO à Ideologia de Gênero

🕒 20 de janeiro de 2016 📁 Artigos 💬 0



Para todos que acompanham de modo panorâmico a questão da implementação da ideologia de gênero nos currículos escolares e nos atos estatais, talvez cause estranhamento o fato de que, de uma hora para outra, a agenda de gênero pareça ter virado um assunto de primeira importância em praticamente todos os ...

Saiba mais

 Facebook
  Twitter
  Google+
  LinkedIn

Fonte: Site da associação REDE.³

Tabela 1 - Codificação do Artigo 1: “E o Brasil disse NÃO a *Ideologia de Gênero*”

CATEGORIA DO TEMA	SUBCATEGORIAS DO TEMA	INTERPRETAÇÃO	DESCRIÇÃO DOS TRECHO DE ANÁLISE
1)Acontecimento das votações do PNE	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização contra a aprovação do plano; A utilização do termo “<i>ideologia de gênero</i>”. 	<input type="checkbox"/> Consagração sobre a atuação dos movimentos contrários às votações do plano por tentar promover discussões sobre gênero no âmbito escolar.	“ <i>E o Brasil disse não a ideologia de gênero</i> ”

³ Disponível em: <<http://www.rededefesadafamilia.com.br/e-o-brasil-disse-nao-a-ideologia-de-genero/>> Acessado em: 10/11/2017.

		<input type="checkbox"/> Texto não assinado.	
<p>2) Ênfase da pauta sobre as discussões de gênero</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Imposição do tema; • Novamente a utilização do “<i>ideologia de gênero</i>”; • A ênfase sobre a abrangência do tema em escala mundial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relevância contra-argumentativa sobre a promoção de discussões de gênero. 	<p><i>[...]a questão da implementação da ideologia de gênero nos currículos escolares e nos atos estatais;</i></p> <p><i>[...] a agenda de gênero pareça ter virado um assunto de primeira importância em praticamente todos os países do mundo.</i></p>
<p>3) Discussão sobre a implementação das questões de gênero nas escolas a partir do PNE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Indagações sobre pessoas que trabalham com o tema gênero; • Crítica aos idealizadores dessas discussões 	<ul style="list-style-type: none"> • Imposição do tema a partir do entendimento do narrador; • Persuasão através do conhecimento em; • Apresentação de afirmações de forma desconexa. 	<p><i>[...]Aquele que, no entanto, estuda com um pouco mais de atenção o que está por trás[...]</i></p> <p><i>[...]seus pensadores, seus financiadores, seus acordos escusos com Estados, seus reais interesses</i></p>

			<p><i>que[...]</i></p> <p><i>[...]estão escondidos atrás de palavras-chave que tentam a todo custo barrar qualquer possibilidade de discussão (tais como “discriminação”, “respeito às minorias”[...];</i></p> <p><i>[...]foi planejada e tem sido executada com uma precisão matemática.</i></p>
<p>4) Extensão da discussão sobre o termo “ideologia de gênero”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica às instituições que promovem estudos sobre gênero; • Menção do termo “ideólogos de gênero”. 	<p>□ Suposições de utilização de termos errôneos e inexistentes, inferindo à instituições reconhecidas.</p>	<p><i>[...]Contando com o patrocínio de fundações internacionais como a Fundação Ford, os estudos sobre gênero ganharam vida própria nas universidades[...];</i></p>

			<i>[...]Depois da chancela conseguida na ONU, os ideólogos de gênero, amparados nas declarações de Conferências[. . .]</i>
5) Resultado das pressões contra o PNE	<ul style="list-style-type: none"> • Valor atribuído à constituição familiar dando destaque aos grupos manifestantes; • Recorte sobre o impedimento que o PNE abordasse discussões de gênero; 	<p>pensamento moralista e conservador que impediu que o PNE abordasse discussões sobre gênero</p>	<p><i>[...]Jos pais, a família, enfim, homens e mulheres[...]</i></p> <p><i>[...]disseram um sonoro “NÃO” às intenções dos burocratas e funcionários – diretos e indiretos, conscientes ou inconscientes – das grandes fundações internacionais.[...]</i></p>
6)Força e estímulo do movimento.	<ul style="list-style-type: none"> • Destaque de ações indeferidas mediante atuação de grupos organizados • Convite e 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> A força da moral exercida mediante a realização dos atos contra o PNE; <input type="checkbox"/> Estímulo dos seguidores do padrão 	<i>[...]Se importante batalhas foram vencidas até agora, cabe a todos nós não esmorecer, não</i>

	estímulo para que se descubra sobre a atuação do movimento;	moralista e conservador.	<i>retroceder de nossas posições e aprofundarmos[...]</i> <i>[...]Conhecer como atuam os grupos que promovem a agenda de gênero e o esvaziamento da autoridade da família, entender seus métodos, seus objetivos e seus apoiadores são ações que devem ser desenvolvidas[...]</i>
--	---	--------------------------	--

Interpretação dos resultados codificados:

1. Inicialmente, o título do artigo remete às discussões ocorridas na esfera pública política de todo o Brasil que organizou-se contra a votação do PNE e consequentemente aos Planos Municipais e Estaduais de Educação, que fora vetado, por implicância da utilização do termo gênero nos mesmos. O primeiro ponto curioso levantado, é que o artigo em questão não contém assinatura. O que é sinônimo de descrédito para o texto.
2. Identifica-se inicialmente no texto, a suposição do público que seguem o movimento, promovendo a provocação da questão de imposição sobre o suposto tema “ideologia de gênero” que é errôneo e inexistente. Nisso admite-se pelo autor do texto não identificado, que a implementação de tal “ideologia de gênero” aconteceria nos currículos escolares e nos atos estatais, remetendo que a pauta é estaria sendo discutida em praticamente

todos os países do mundo. Sobre esta hipótese levantada no texto, não há registro comprobatório sobre isso. Ao leitor do texto, acredita-se causar a reação de espanto por isso ser trazido com grande relevância, já que afirma-se no texto que o tema tem sido debatido em escala praticamente mundial.

3. Segundo ponto levantado na análise do texto, é que se causa a sensação de confusão ao leitor, provocando também formas de persuasão, ao dizer sobre pessoas que estudam como os idealizadores de pautas de discussões de gênero, executariam a partir de planejamento e precisão matemática a formulação dessas discussões com uso de palavras chaves, exemplificadas no texto como: discriminação e respeito às minorias. Sobre isso, percebe-se que há imposição de ideias não comprovadas, discorridos apenas pelo entendimento do narrador.
4. O narrador (não identificado) do texto, cria a provocação que fundações internacionais importantes estariam patrocinando estudos sobre gênero, e cita a Fundação Ford como uma delas. É citado também que a Organização das Nações Unidas (ONU) que atua juntamente com pesquisadores sobre questões de gênero, mas é mencionado como “ideólogos de gênero” o que supostamente remete ao termo errôneo e inexistente “ideologia de gênero”, reputando que tais pesquisadores vinculados à organização estariam, supostamente, impor esses debates, mencionado as famílias e educandos do sistema educacional. A interpretação a partir desse terceiro ponto levantado, é que há imposição de modelos de conduta juntamente a função de suportes morais para a realização da crítica dessas instituições atuarem em respeito e promoção de discussões de gênero.
5. Se é apresentado o padrão moral seguido por pessoas que compactuam com o pensamento interpretado como moralista e conservador, impediu que o PNE abordasse discussões de gênero chegar até as escolas do Brasil. Há ainda explícito no texto, o sentimento de poder referente aos atos de manifestação de grupos de pais que pressionaram o poder público, que fosse vetado o termo gênero dos Planos Municipais e Estaduais de Educação no país. Por isso, expressasse o sentimento de conquista, descrito pelo narrador do texto, que fora feito por: pais, a família, tida apenas como homens e mulheres.

6. Por último, apresenta-se a força da moral exercida mediante a realização dos atos que motivaram o cenário em questão. No qual instiga-se que haja por parte dos seguidores desses princípios, a busca pelo entendimento de questões que imponham a mesma forma de pensar, repudiando as tentativas de se discutir questões de identidade gênero. Nisto percebe-se nitidamente a promoção de padrões moralistas, estimulando para que o público prossiga a se revoltar contra esses debates, supondo que, para que cada vez mais se desentendam sobre essas questões que estão tentando ser discutidas, para o melhoramento do convívio escolar que respeite a diversidade sexual de todos.

5.5 Análise de conteúdo do Artigo 2: “Comunicado importante sobre o Programa Gênero e Diversidade na Escola.”

Este artigo fora divulgado no dia 18 de janeiro de 2016, e contava até o dia 10 de novembro de 2017 com o número de 5,180 visualizações e três comentários. O texto foi escolhido pela relevância dos fatos apontados, e em conformidade sobre a descrição do surgimento da associação REDE.

Figura 5 - Chamada para o Artigo 2

Comunicado importante sobre o Programa Gênero e Diversidade na Escola

18 de janeiro de 2016 Artigos 3

Prezados amigos, O Ministério da Educação, assim como os professores já formados por ele no programa Gênero e Diversidade na Escola, <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/202-noticias/264937351/6330-sp-227339367> já afirmaram várias vezes que, com lei ou sem lei, ensinarão a IDEOLOGIA DE GÊNERO às crianças a elas confiadas no sistema escolar. A Arquidiocese de São Paulo denunciou no final de 2015 ...

Saiba mais

Facebook

Twitter

Google +

LinkedIn

Fonte: Site da associação REDE.⁴

⁴ Disponível em: <<http://www.rededefesadafamilia.com.br/genero-e-diversidade-na-escola/>>
Acessado em: 10/11/2017.

Tabela 2 - Codificação do Artigo 2: “Comunicado importante sobre o Programa Gênero e Diversidade na Escola”

CATEGORIA DO TEMA	SUBCATEGORIA DO TEMA	INTERPRETAÇÃO	DESCRIÇÃO DO TRECHO DE ANÁLISE
1. Chama a atenção sobre o Programa Gênero e Diversidade na escola	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicado sobre a relevância do tema; • Utilização do termo “Ideologia de gênero”, supondo a inserção do debate sobre questões de gênero nos ambientes escolares, com 	<p><input type="checkbox"/> Contraposição sobre o projeto de ensino que deveria trazer questões de gênero e sobre a diversidade nas escolas, no qual fora promovido pelo Ministério da Educação em 2006;</p> <p><input type="checkbox"/> Texto não assinado;</p> <p><input type="checkbox"/> Chamada do link sobre a formação do programa no portal do Ministério da Educação contrapondo</p>	<p>“Comunicado importante sobre o Programa Gênero e Diversidade na Escola”</p> <p>“-O Ministério da Educação, assim como os professores já formados por ele no programa Gênero e Diversidade na Escola”</p> <p><u>http://portal.mec.gov.br/busca-geral/202-noticias/264937351/6330-sp-227339367</u>”</p> <p>“já afirmaram várias vezes que, com lei ou sem lei, ensinarão a IDEOLOGIA DE GÊNERO às crianças a elas confiadas no sistema escolar.”</p>

	<p>link em anexo abordando sobre o programa.</p>	<p>argumentação errônea contra o programa;</p> <p><input type="checkbox"/> Crítica sobre as discussões de gênero a serem abordadas nos espaços escolares por profissionais da área da educação;</p>	
<p>2) Abordagem sobre denúncia realizada pela Arquidiocese de São Paulo/BR, contra o Conselho Nacional de Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento de denúncia realizada por instituição religiosa de São Paulo/BR contra o Conselho Nacional de Educação 	<p><input type="checkbox"/> Inserção de instituição religiosa no debate sobre a discussão de questões de gênero e respeito a diversidade nos espaços escolares, com base no PNE e Planos Municipais e Estaduais de Educação.</p>	<p><i>[...]A Arquidiocese de São Paulo denunciou no final de 2015 que a Resolução n.2 de 1º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, que determina as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores para a educação básica[...]</i></p> <p><i>[...]http://arquisp.org.br/vicariatoeducacao/noticias/governo-federal-impo-e-a-ideologia-de-genero[...]</i></p>

	<p>o em virtude do programa de formação do docente sobre questões de gênero.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Link disposto a informação sobre a denúncia que foi realizada. 		
3) Descrição de circulação de suposta fotografia divulgada em uma	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição de foto que foi divulgada por uma página de 	<input type="checkbox"/> Devido a descrição da imagem que foi tirada de circulação, ocorre a suposição de que o ato foi	<p><i>[...]No final de 2015 dezoito professores da cidade de Uruguaiiana publicaram uma foto no Facebook da cidade em que exibiam cartazes dizendo</i></p> <p><i>“SOMOS PROFESSORES E VAMOS ENSINAR GÊNERO PRO SEU FILHO SIM!”</i></p>

<p>rede social</p>	<p>facebook, onde professores da cidade de Uruguaiana/RS/BR, afirmavam ensinar gênero na escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discussão que fora retirada do ar, o motivo não foi identificado, apontando mesmo assim o link da página onde fora 	<p>inconsequente, devido a argumentação que se tem no texto em afirmar que não seria papel da escola ensinar/discutir sobre questões de gênero no ambiente escolar;</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Utilização de caixa alta ao afirmar suposição de descrição da imagem, o que dá caráter de destaque ao trecho citado; <input type="checkbox"/> Sobre esta argumentação, se traz uma citação indireta sobre o artigo nº 205 da Constituição F 	<p><i>A foto foi publicada no site https://www.facebook.com/urugcity/, mas depois de algumas semanas foi retirada do ar.</i></p> <p><i>Os professores parecem ignorar que a Constituição brasileira atribui o direito e o dever de educar ao Estado e à Família, e não à escola, que é apenas colaboradora, assim como o restante da sociedade.</i></p> <p><i>(artigo 205 da Constituição).[...]</i></p>
--------------------	---	---	---

	<p>divulgada a fotografia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descrição em virtude da foto divulgada, deslegitimando que à escola deva levantar essa discussão, citando então o artigo nº 205 da Constituição Federal. 	ederal.	
4) Disposições gerais sobre mais leis de amparo	<ul style="list-style-type: none"> • Suposições para o entendimento 	<input type="checkbox"/> Incentivo de denúncia mediante a informações jurídicas sobre	<p><i>[...]Por isto, se as famílias entenderem que a escola atenta contra o</i></p> <p>“RESPEITO AOS VALORES ÉTICOS E SOCIAIS DA FAMÍLIA”,</p>

<p>para denúncia</p>	<p>sobre aparto de leis com afirmações de caráter indicativo para realização de denúncia ;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adicional informativo de amparo conforme o artigo nº 221 da Constituição Federal, contrapondo a defesa de valores éticos e sociais da família. 	<p>formas de defesa ao entender de valores morais atingidos, contra-argumentado por imposições de atuação do movimento;</p> <p><input type="checkbox"/> Utilização de caixa alta pra contra-argumentar os aparatos de lei citados, dando ênfase ao trecho do texto.</p>	<p><i>conforme reza o artigo 221 inciso IV da Constituição, podem exigir legalmente que a escola modifique seu comportamento.</i></p> <p><i>A Constituição garante, ademais, que se não houver meios legais apropriados para que a família se defenda em algum caso particular,</i></p> <p>“A LEI FEDERAL DEVERÁ ESTABELEECER OS MEIOS LEGAIS QUE GARANTAM À FAMÍLIA A POSSIBILIDADE DE SE DEFENDEREM O DISPOSTO NO ARTIGO 221” (artigo 220, §3, inciso I, da Constituição).</p>
----------------------	---	---	---

<p>5) Indicação de forma de denúncia por meio de material de apoio</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação de link sobre vídeo circulado na rede social Youtube, onde o Procurador Regional da República Guilherme Schelby indica forma de realizar denúncia em caso de haver suposta “violação de direito”; • Afirmação de que famílias que realizara 	<p><input type="checkbox"/> Errata para o sobrenome do procurador citado no texto como “Schelby” com a letra Y no final, porém a escrita correta seria sem a última letra;</p> <p><input type="checkbox"/> Supõe-se que há correlação entre a associação REDE junto a indicação de forma de denúncia pelo então procurador Guilherme Schelby;</p> <p><input type="checkbox"/> A análise conclusiva do vídeo disposto no link, é de atuação persuasiva e distorce reais argumentos</p>	<p>[...]O Procurador Regional da República em Brasília, Dr. Guilherme Schelby, recentemente postou um vídeo no YouTube orientando as famílias brasileiras sobre como proceder nestes casos.</p> <p><i>As famílias que procederam conforme orientado neste vídeo até o momento ganharam todos os casos na Justiça:</i></p> <p><u>https://www.youtube.com/watch?v=V05P5-Rzh9c</u></p>
--	--	---	---

	<p>m denúncia diante orientação o descrita no vídeo, teriam g anhado todos os casos na Justiça;</p>	<p>contra discussões de questões de gênero e orientação sexual, trazendo argumentos de ordem preconceituos a publicamente.</p>	
<p>6) Afirmação de que motivos citados que levaram a criação da associação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apontamento da finalidade e do movimento mediante fatos descritos no texto; • Suposição de atuação da associação em vários estados do país, com 	<p><input type="checkbox"/> O embasamento dos fatos descritos que levaram então a formação da Rede de Defesa da Família, levam a crer que é de responsabilidade exclusiva das famílias educarem seus filhos, contra-argumentando sobre como estes devem</p>	<p><i>Tendo em vista todos estes fatos, diversos pais de família decidiram criar a REDE DE DEFESA DA FAMÍLIA, que já está presente em vários estados da União, para orientar os pais sobre o que fazer quando a escola, ou o próprio MEC, pretenderem violar a Constituição e usurpar o direito que as famílias têm de decidir como educar seus próprios filhos.</i></p> <p>http://www.rededefesadafamilia.com.br</p> <p><i>[...]O site da Rede é está sendo constantemente atualizado. Explica os direitos das famílias, o modo de como proceder nas denúncias e a maneira como entrar em contato em caso de necessidade de assistência mais direta[...]</i></p>

	<p>propósito de orientação aos pais sobre suposições de direitos violados;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do link que leva ao portal da associação; • Abordagem da prestabilidade da associação mediante informações do site. 	<p>ser orientados.</p> <p><input type="checkbox"/> Informações apresentadas sobre o site levam a crer na eficiência da associação.</p>	
7) Pedido de divulgação do	<ul style="list-style-type: none"> • Pedido para divulgação 	<p><input type="checkbox"/> Suposições apelativas para a</p>	<p><i>[...]Pedimos aos que receberem esta mensagem que a divulguem ao máximo junto aos seus contatos. O objetivo é que, iniciando as aulas neste ano de</i></p>

<p>comunicado, para o entendimento abordado</p>	<p>ção da mensagem para todos que recebem a mensagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interpretação do locutor de que não haja o entendimento das famílias, sobre questões que abordam discussões de gênero nas escolas no período letivo que se iniciara. 	<p>promoção da mensagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> □ Contra-argumentos persuasivos de que haveria imposição de debates de questões de gênero aos educandos; □ Suposição de enfrentamento ao afirmar que discussões de questões de gênero seriam impostas de forma ideológica. 	<p><i>2016, as famílias brasileiras não estejam desprotegidas e saibam como defender seus direitos e cumprir seus deveres constitucionais de educarem responsabilmente seus filhos, acima de imposições ideológicas, de gênero ou quaisquer outras.”</i></p>
---	--	--	--

Interpretação dos resultados codificados:

1. É evidente no texto a contraposição sobre o projeto educativo que deveria trazer questões de gênero e sobre a diversidade nas escolas, no qual fora promovido pelo Ministério da Educação em 2006. Outra constatação é que o texto não é assinado. Há a chamada de um link sobre a formação do programa no portal do Ministério da Educação contrapondo argumentação errônea contra o programa. A crítica sobre as discussões de gênero a serem abordadas nos espaços escolares por profissionais da área da educação, e apresentada como argumento de defesa, como na maioria dos artigos encontrados no site.
2. A citação sobre denúncia de instituição religiosa de ordem cristã, a Arquidiocese de São Paulo/BR, inserida no debate sobre a inserção de questões de gênero e respeito a diversidade nos espaços escolares, afirma a compatibilidade de pensamento da associação REDE com vínculo religioso. Sobre a denúncia que se é apresentada a partir do link do trecho citado no artigo, é que se apresenta a rejeição da palavra gênero nos Planos Municipais de Educação, que tinham por base o PNE.
3. A abordagem descritiva de uma imagem que fora tirada de circulação numa página de facebook, promove uma discussão sobre que professores estariam violando uma normativa, supondo de que o ato da publicação da imagem fora inconsequente, devido a argumentação que se tem no texto em afirmar que não seria papel da escola ensinar/discutir sobre questões de gênero no ambiente escolar. Com isso, ocorre a utilização de um trecho do texto digitalizado em caixa alta ao afirmar suposição da descrição da imagem que fora deletada da então página do facebook da cidade de Uruguaiana, o que dá caráter de destaque ao trecho citado. Sobre esta argumentação, se traz uma citação indireta sobre o artigo nº 205 da Constituição Federal sobre a suposta violação da normativa prevista em lei. Um fato a ser considerado, é que a página do facebook que fora citada, não representaria de modo oficial vínculo institucional com a cidade em si, mas sim caracterizando fatos e ocorridos sobre a cidade, abordando-os de forma descontraída.

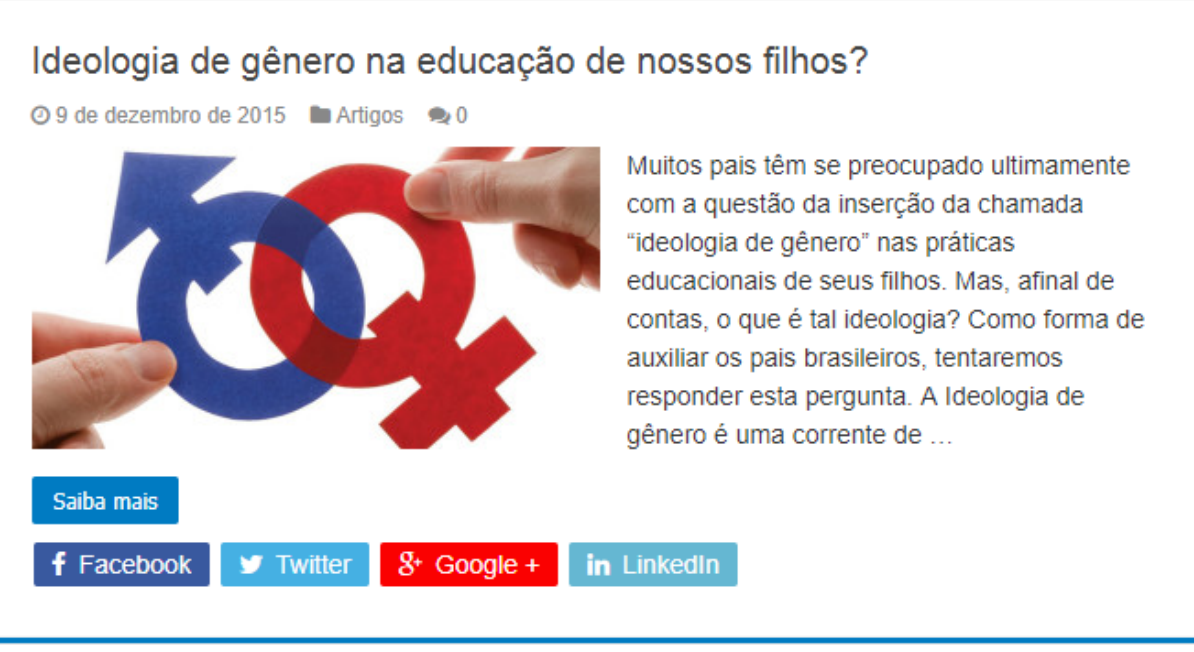
4. Pode se perceber no trecho analisado que há o incentivo de denúncia mediante a informações jurídicas sobre formas de defesa ao entender de valores morais atingidos, contra-argumentado por imposições de atuação da associação REDE. Consideramos que a utilização de caixa alta pra contra-argumentar os aparatos de lei citados no texto, dão ênfase aos trechos citados.
5. Cita-se o sobrenome do procurador citado no texto como “Schelby” com a letra Y no final, porém a escrita correta seria sem a última letra. Supõe-se que há correlação entre a associação REDE junto a indicação de forma de denúncia pelo então Procurador Regional da República, Guilherme Schelb. Ao assistir o vídeo postado na rede social Youtube que é apresentado a partir do link citado, a análise conclusiva do vídeo, é de atuação persuasiva e distorce reais argumentos contra discussões de questões de gênero e orientação sexual, trazendo argumentos semelhantes às formas de atuação da associação REDE, porém há expressões de ordem discriminatória ditas pelo Procurador. Ponto curioso, e não descrito no texto, mediante breve pesquisa sobre o então Procurador Guilherme Schelb, é que se fora emitido um parecer pelo Ministério Público Federal, um parecer contrário as orientações do procurador declaradas neste vídeo que circula na internet, sobre o debate de gênero e orientação sexual nas escolas. A Nota Técnica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) considera inadequado o conteúdo do material divulgado na internet pelo Procurador.
6. Conforme citado no texto, o embasamento dos fatos descritos anteriormente, foram o que levaram, a então formação da Rede de Defesa da Família. O que leva a crer mediante afirmações descritas pelo narrador, é de que, se é de responsabilidade sobre exclusiva das famílias educarem seus filhos, contra-argumentando sobre como estes devem ser orientados, contrapondo a um valor moral pré-estabelecido. Posteriormente, são apresentadas informações sobre o site da REDE, levam a crer na eficiência e agilidade prestativa da associação.
7. Ao final do artigo, percebe-se suposições apelativas para a propagação deste comunicado. Com isso, são apresentados contra-argumentos persuasivos de

que haveria imposição de debates de questões de gênero aos educandos no início do ano letivo de 2016, visto pela data que fora publicado o artigo e também ao argumento de que afirma o contexto atual. Ainda ocorre, a suposição de enfrentamento do narrador, ao afirmar que, discussões de questões de gênero seriam impostas de forma “ideológica”, o que é equivocado de ser afirmado, devido a descredibilidade da utilização do termo ser utilizado apenas por instituições religiosas.

5.6 Análise de conteúdo do Artigo 3: “Ideologia de gênero na educação de nossos filhos?”


O presente artigo que fora analisado, fora publicado no site da associação no dia 09 de dezembro de 2015, e até o dia 10 de novembro de 2017 contava com 1.228 visualizações. A seleção deste texto fora escolhida pelo critério argumentativo do autor, sobre a tentativa deste, em tentar justificar o termo “ideologia de gênero”.

Figura 6 - Chamada para o Artigo 3



Ideologia de gênero na educação de nossos filhos?

🕒 9 de dezembro de 2015 📁 Artigos 💬 0



Muitos pais têm se preocupado ultimamente com a questão da inserção da chamada “ideologia de gênero” nas práticas educacionais de seus filhos. Mas, afinal de contas, o que é tal ideologia? Como forma de auxiliar os pais brasileiros, tentaremos responder esta pergunta. A Ideologia de gênero é uma corrente de ...

[Saiba mais](#)

[Facebook](#) [Twitter](#) [Google +](#) [LinkedIn](#)

Fonte: Site da associação REDE.⁵

⁵ Disponível em: <<http://www.redefesadafamilia.com.br/ideologia-de-genero-na-educacao-de-nossos-filhos/>> Acessado em: 10/11/2017.

Tabela 3 - Codificação do Artigo 3: “Ideologia de gênero na educação de nossos filhos?”

CATEGORIA DO TEMA	SUBCATEGORIA DO TEMA	INTERPRETAÇÃO	DESCRIÇÃO DO TRECHO DE ANÁLISE
1. Chamada falando sobre o termo <i>“Ideologia de gênero”</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Proposição de inserção do termo gênero como ideologia, na educação; • O Texto não é assinado 	<input type="checkbox"/> Chamada supõe que seria implementação de discussões sobre questões de gênero no ambiente escolar apresentado de forma interrogativa; <input type="checkbox"/> Descrédito ao texto sem assinatura	<i>“Ideologia de gênero na educação de nossos filhos?”</i>
2) Introdução sobre o termo “Ideologia de gênero” ser supostamente inserido em práticas educacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Condição sobre a proposição da utilização do termo “ideologia” vindo antes da palavra gênero como forma de tentar justificar o termo ao público determinado como pais. 	<input type="checkbox"/> Suposta indagação sobre o termo errôneo, nominado como “ideologia de gênero” ser inserido no ambiente escolar, contrapondo suposta argumentação do termo aos interessados. <input type="checkbox"/> Pânico moral levantado em relação	<i>Muitos pais têm se preocupado ultimamente com a questão da inserção da chamada “ideologia de gênero” nas práticas educacionais de seus filhos. Mas, afinal de contas, o que é tal ideologia? Como forma de auxiliar os pais brasileiros,</i>

		ao ensino da suposta “ideologia de gênero”	<i>tentaremos responder esta pergunta.[...]</i>
3) Tratamento do termo “ideologia de gênero” como corrente de pensamento feminista	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmação sobre a utilização do termo “ideologia de gênero” justificada por ser promovido por uma corrente de pensamento advinda de discussões de núcleos feministas; • Justificativa de uma ideia central nortear esta corrente, baseando a definição entre homens e mulheres caracterizado feminino e masculino pelo autor. 	<input type="checkbox"/> Justificativa equivocada ao afirmar o termo “ideologia de gênero”, supondo que o mesmo deva se referir aos “estudos de gênero” <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização redundante sobre surgimento da suposta corrente de pensamento vir do movimento feminista; • Composição argumentativa, baseado em conclusão heteronormativa; 	<i>[...]A Ideologia de gênero é uma corrente de pensamento saída das discussões promovidas em núcleos feministas, e que tem como idéia central, a afirmação de que homens e mulheres (feminino e masculino) não são características com as quais nascemos, cujas diferenças encontramos nas esferas anatômicas, fisiológicas, comportamentais, etc.</i>
4) Contra-	• Afirmações de	<input type="checkbox"/> Imposição de	<i>[...]Para a ideologia</i>

<p>argu- mentação sobre um suposta definição do termo “ideologia de gênero”</p>	<p>que sexo distingui-se de gênero, contrapondo ideias relacionadas a questão sexualidade com exemplos.</p>	<p>pânico moral diante exemplificações confusas, dando impressões negativas ao leitor sobre o que seria a então “ideologia de gênero” definida de forma equivocada e incongruente ao que supostamente refere- se aos estudos sobre gênero;</p> <p><input type="checkbox"/> Trechos em caixa alta para dar ênfase ao tema abordado.</p>	<p><i>de gênero, o ser humano mesmo é que é senhor de sua natureza, podendo alterá-la mediante mera vontade. Assim, a despeito de um menino ter nascido com os órgãos sexuais masculinos, com doses hormonais típicas de homens, com o funcionamento do cérebro similar ao funcionamento masculino, etc, basta que ele DESEJE E SE SINTA mulher, para que todas estas evidências físicas sejam anuladas e ele se transforme – ressaltando, mediante apenas o mero desejo! – uma mulher.[...]</i></p>
<p>5) Afirmação sobre o que representaria</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento de causas e efeitos subjativos em 	<p><input type="checkbox"/> O tratamento sobre as afirmações baseiam-se em</p>	<p><i>[...]Ensinar estes conceitos em sala de aula – ou pior</i></p>

<p>a definição de conceitos relacionados aos planos de educação</p>	<p>relação ao ensino sobre questões de gênero no âmbito escolar;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disposição argumentativa referente a fatores biológicos para definir os conceitos relacionados a questões de gênero. 	<p>valores relacionados a moral, instituída pelo conceito da família;</p> <ul style="list-style-type: none"> □ Observa-se também a argumentação relacionados a fatores biológicos, carente de informação do autor em fazer tais afirmações; □ Outra possibilidade é que se institui mais uma vez o pânico moral ao trazer afirmações que tais discussões violariam conceitos morais adquiridos pela família. 	<p><i>ainda, promovê-los, como muitos planos de educação pontuavam em seus documentos – causará, entre outros problemas, uma confusão a respeito da realidade humana no seio da família, já que pais entenderão o ser humano a partir de uma perspectiva antropológica (homem e mulher são seres humanos iguais em dignidade mas diferentes em identidades) e filhos, a partir de outra (homem e mulher são meras construções sociais que podem ser esvaziadas, sendo apenas frutos de mera escolha pessoal), além de ser uma grave violação do direito dos pais de</i></p>
---	---	--	---

			<i>educarem seus filhos com valores e conceitos próprios da família.</i>
--	--	--	--

Interpretação dos resultados codificados:

1. A chamada do texto supõe que seria implementação de discussões sobre questões de gênero no ambiente escolar, dando ênfase interrogativa sobre o debate denominado equivocadamente como “ideologia de gênero”. Há o descrédito em relação do texto não ser assinado.
2. A indagação sobre o termo errôneo, nominado como “ideologia de gênero” a ser inserido no ambiente escolar, contrapõe o suposta argumentação do termo aos que fizeram-se interessados sobre o tema. O pânico moral levantado pelo autor em relação ao ensino da suposta “ideologia de gênero”, provoca o leitor ao entendimento de que o debate que seria provocado em virtude da implementação de discussões de gênero nas escolas segundo o PNE, traria consequências negativas. Sobre isso, entende-se a forma como o tema relacionado ao desentendimento sobre o tema identidade gênero é encarado pelo público pré-direcionado.
3. A constante justificativa equivocada ao afirmar o termo “ideologia de gênero”, supondo que o mesmo deva se referir aos “estudos de gênero” torna-se presente no trecho, interpretado aqui na justificativa de que o leitor assumo o termo da mesma forma como autor apresenta convictamente sua utilização. Há ainda, a caracterização redundante sobre surgimento da suposta corrente de pensamento ser advinda do movimento feminista, vista que não há base teórica no texto que comprove tal afirmação, apenas suposições do autor. Outro fator relevante no trecho analisado, é que a composição argumentativa contramão ao que se supõe, de que, a então vertente do pensamento feminista não citada, teria como idéia central, a afirmação de que as características fisiológicas, não correspondem com maneira como se constrói o gênero. Para melhor definir essa suposição, buscamos referências baseada-nos, de que, esta conclusão obtida pelo autor é seguida pelo padrão

heteronormativo. Ao discorrer sobre argumentação, trazemos a análise de Judith Butler, que é uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, no qual, a mesma fala sobre os enfrentamentos obtidos pela questão do debate de gênero na sociedade. Como bem nos assegura Butler (2017, p. 30) Pode-se dizer que os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Neste contexto, é evidente que ocorram disparidades na definição de gênero. O que é preocupante, é que, o discurso cultural hegemônico passa para a categoria de linguagem da racionalidade universal. Afirma-se então que ocorra a repressão contra a definição que a linguagem representa enquanto o domínio imaginável do gênero. Com isso, compreendemos a partir da representação discursiva do texto, que ocorre essa interpretação baseada no discurso cultural hegemônico, de acordo com o pensamento de Butler (2017, p. 30).

4. Com a interpretação do composição de pânico moral diante exemplificações confusas abordadas no trecho, pode-se observar sobre impressões distorcidas negativas ao leitor sobre o que seria a então “ideologia de gênero” definida de forma equivocada e incongruente ao que supostamente refere-se aos estudos sobre gênero. Há também as suposições pautados pelo discurso cultural hegemônico, sobre a representação do gênero em categoria analisada do imaginário do autor, sobre o processo de construção da identidade. Vimos também trechos destacados em caixa alta, o que remete à ênfase do tema que está sendo abordado.
5. Por último, vimos no texto o tratamento sobre as afirmações que baseiam-se em valores relacionados a construção moral, instituída pelo conceito da família. Observamos também a argumentação relacionados a fatores biológicos, carente de informação do autor em fazer tais afirmações. Outra possibilidade é que se institui mais uma vez o pânico moral ao trazer afirmações que tais discussões, supostamente, “violariam” conceitos morais adquiridos pela família. Sobre isto, interpretamos as mesmas constatações sobre uma defesa de valores morais pré-estabelecidas pelo movimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O desenvolvimento do presente trabalho, possibilitou uma análise crítica para compreender, sobre como movimentos de ordem religiosa, atuam e se posicionam. Mediante a produção de conteúdo, e, em posição de seus valores morais, entendemos pelo objeto desta pesquisa, o site da associação “Rede Nacional de direitos e defesa da família” como um canal midiático que atua com base de fatores de oferta a amparo informativo e jurídico, ao público determinado ao grupo familiar.

Pode-se perceber, que de modo geral a disposição argumentativa da associação REDE, gira em torno do portal de denúncia contido no site, que é realizado a partir da união de informações jurídicas, para realização de denúncias que vão contra as discussões de questões de gênero serem debatidas no ambiente escolar. Apontamos também, que inúmeras vezes é utilizado o termo errôneo “ideologia de gênero”, para criticar o ensino que promova o respeito à diversidade de gênero. O que entendemos que a utilização do termo referido, é que este possa ser uma arma argumentativa, causadora de um pânico moral ao público ao qual se destina as mensagens reproduzidas pelo site, estimulando o pensamento compatível aos ideais do movimento.

Diante dos materiais analisados, vemos que estes serviriam de apoio e escudo contra possibilidades de diálogo sobre os propósitos que o site apresenta em sua base argumentativa, de que simplesmente discussões sobre gênero seriam afrontosas aos padrões morais pré-estabelecidos pelo movimento. Sobre estas constatações, podemos dizer que o método de análise de conteúdo, junto com suas técnicas de análise, favoreceram para que chegássemos a tais conclusões aqui obtidas.

Na análise geral do site, onde analisamos as formas de atuação da associação REDE descritas no site, pode-se constatar que, a mesma afirma atuar em 11 (onze) estados do Brasil, sendo que não há comprovação convincente, de que, a organização atua de fato nestes estados que foram citados.

Outra constatação é que apresentam-se sete organizações parceiras da REDE, sendo que apenas três das organizações citadas contém endereço eletrônico que informam a atuação. As quatro demais organizações não foram localizadas na internet.

Depois disso, apresenta-se no site, um canal para realização de denúncia, que seria contra a implementação de discussões de gênero nas escolas. Sobre isso, apresenta-se uma série de orientações de como proceder a possível denúncia, trazendo informações jurídicas para embasar a realização da mesma.

Sobre constatação dos artigos do site que foram analisados, vimos que em linhas gerais, ambos apresentação de argumentações relacionadas principalmente a crença e a fatores relacionados a formas de realização de denúncia. Com isso, percebe-se as formas de argumentação se repetem inúmeras vezes, principalmente com relação à utilização do termo “ideologia de gênero”, nas argumentações contra o PNE e afirmações persuasivas de que caracterizam o movimento “pela família” ou “pró-família”. Sobre isso, vimos anteriormente que a suposição da utilização do termo, possa vir a provocar um pânico moral ao público dirigido da REDE, que informaria de forma a aterrorizar determinados padrões morais que ainda são tratados como tabu na sociedade, visto as questões de gênero e sexualidade, que são alvos de ataque pela associação.

A partir das constatações obtidas nesta pesquisa, cabe dizer que, as estratégias de comunicação do site da “Rede Nacional de direitos e defesa da família” foram de encontro aos objetivos do trabalho. Sendo que estes, objetivaram apontar como ocorrem as estratégias de comunicação política, diante as contra argumentações do grupo REDE, se basear basicamente em valores relacionados ao discurso referido “em defesa da família”, vendo também as formas de articulação e atuação da associação, visto a partir do site da mesma.

Com a importância que o tema abrangeu-se, pode-se concluir que, necessita-se mais pesquisas sobre organizações com vínculo religioso, com o intuito de identificar como estas atuam, e se as mesmas cumprem papéis de representação política. Visto pelo atual cenário político brasileiro, onde cada vez mais, crescem discursos fundamentalistas na esfera política e surgem líderes políticos autodeclarados como membros de instituições religiosas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Lurence. **Análise de conteúdo**; tradução: RETO, Luís Antero; PINHEIRO, Augusto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRUXEL, Laerson. O CDES Debate público, elites e mídia. In: [WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (org.)]. **Comunicação Pública e Política - pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. trad. AGUIAR, Renato - 13ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: [MORAES, Dênis de (org.)] **Por uma outra comunicação**. -6ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**/ Patrick Charaudeau: tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. - 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2011.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo. Uni. 02 - A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**; tradução de Estela dos Santos Abreu - 1ª ed. 9ª reimpr. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. - 4. reimpr, - São Paulo: Atlas, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa** / Jürgen Habermas; tradução de Flávio R. Kothe. - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLANDA, Adriane Figueirola Buarque de. Internet como fórum democrático para formação da opinião pública. In. [WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (organização)]. **Comunicação Pública e Política - pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia, religião, sociedade: das palavras às redes digitais**. São Paulo: Paulus, 2016.

MATTELART, Armand e MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 13ª Ed - São Paulo: Loyola, 1999.

MATOS, Heloiza. Opinião Pública e conversação cívica. In. [MARQUES, Angela; COSTA, Túlio Caio; COSTA, Carlos; COELHO, Cláudio Novaes Pinto; KÜNSCH, Dimas; BUITONI, Dulcília et al.]. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MEDRÁN, Albert. **No reino da pós-verdade, A irrelevância É O castigo**. Revista UNO, 2017 ed. nº 27. Disponível em: <http://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf> Acesso em: 20 jun. 2017.

PREGO, Victoria. **Bolhas informativas**. Revista UNO, 2017 ed. nº 27. Disponível em<http://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf> Acessado em 20 jun. 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2ª ed - Porto Alegre: Sulina, 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetacularização e Mídiação da Política. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.); - preparação de originais, revisão e normalização: Nídia Lubisco, Tania de Aragão Bezerra, Magel Castilho de Carvalho; capa e editoração: Joe Lopes. - Salvador: Edufba, 2004.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil:** ano 2013. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2.ed. - 4. reimpr, - São Paulo: Atlas, 2010.

ZARZALEJOS, José Antonio. **Comunicação, Jornalismo e `fact-checking`.** Revista UNO, 2017 ed. nº 27. Disponível em: <http://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf> Acesso em: 20 jun. 2017.